

EM TEMPO!

Semanário Nacional — Ano II — Cr\$ 20,00 — 3/8 à 5 de Setembro de 1979 — Nº 79

Os donos do baralho vencem as Convenções:



O MDB não tem conserto

Pág. 5

1960/64

PC começa a rachar

(Surge a POLOP e a AP.
Do PC sai o PC do B)

Contribuição à História
da Esquerda Brasileira

págs. 12 e 13

Mulher metalúrgica

Pág. 7

Flávio Koutzii

(A primeira grande entrevista do brasileiro
que ficou quatro anos preso na Argentina)

Págs. 14 e 16

Campanhas salariais

Págs. 8, 9 e 10

E mais:

Economia (pág. 6)

e Cultura (pág. 11)

Estamos reforçando o time de gerais. Arregaçando as mangas para dar um panorama curto e grosso da semana, distilando seus principais eventos e notícias. Não adianta repetir a grande imprensa, mas sim fuçar por trás de suas notícias, revelar fatos inéditos e, naturalmente, cair em cima da ditadura e seus aliados.

São Paulo, 30 de agosto de 1979

Guido Mantega
(coordenador)

Bernardo Kucinski

Chico de Oliveira

Eduardo Abramovay

Francisco P. Cipolla

Maria Moraes

Maria Rita Khel

Resende Valadares
Netto

Ricardo Abramovay

Rubens Glasberg

Sérgio Alli

demagogia salarial

A política da "porrada e afago" está em pleno curso no país. Depois de reprimir greves legítimas, intervir em sindicatos, assassinar operários, a ditadura trompeteia com grande alarde a fórmula que restituirá o bem-estar material roubado aos trabalhadores: reajustes semestrais. Nem todo mundo percebe, entretanto, tratar-se de uma medida essencialmente demagógica. Com dois reajustes anuais e uma inflação esperada em torno dos 70% até o fim do ano, a situação dos assalariados continua igual à anterior, quando havia apenas um reajuste. Mas a inflação oscilava entre os 30 e 40%. Ao longo do ano eles perderão praticamente a mesma coisa. A demagogia não termina aí. O projeto do governo, aliás puro plágio de uma iniciativa do MDB apresentada no Congresso desde maio de 1978, nada acrescenta à maioria dos trabalhadores industriais, pois grande parte das em-



uma classe média rural para apoiar o regime?

Pode-se fazer tudo com baionetas, menos sentar-se sobre elas, gostava de afirmar Napoleão Bonaparte. Esta máxima napoleônica está em grande parte inspirando a tentativa de reconversão liberal do regime militar brasileiro. O regime parece ter compreendido que não existe estabilidade política sem que o governo possua uma mínima base de sustentação social. Assim, na tentativa de criar um respaldo eleitoral para a política dos grandes monopólios, o ministro Delfim Neto - personificado a "prioridade agrícola" do general Figueiredo, é uma peça chave.

Delfim pretende realizar um velho sonho dos governantes brasileiros, desde a época do Estado Novo: dotar o País de uma classe média rural, que seja tão próspera no plano econômico, quanto conservadora no terreno político. O que há de novo neste sentido é que este velho projeto político corresponde hoje aos interesses econômicos da burguesia monopolista industrial (sobretudo daqueles setores que produzem máquinas, implementos e insumos agrícolas) e bancária.

quem será?

Um turista brasileiro, recém-chegado de Paris, quis saber de algumas pessoas quais os brasileiros que eram conhecidos na França. A resposta era quase sempre a mesma: «Pelé, Emerson Fittipaldi e aquele embaixador gordo que andou pegando uma grana aqui».

presas já reajusta semestralmente os salários. O sentido maior do projeto, entretanto, é evitar que na época dos dissídios os assalariados se apresentem às negociações com a raiva de quem foi roubado em quase metade de seu salário ao longo do ano. Impedir que as reivindicações se acumulem, negociar níveis mais baixos de reajuste, esvaziar a pressão salarial, eis o sentido dos reajustes semestrais. Para os trabalhadores, a luta não pode ser apenas de correr atrás de seus atuais salários, mas sim de aumentos, para no mínimo recuperarem o que perderam desde 1964. É sempre bom lembrar que em vários países os trabalhadores conseguiram vincular a recuperação de seus salários não à prazos (anual, semestral, trimestral), mas à taxa de inflação. Por exemplo, com um reajuste automático cada vez que esta supere os 5.

(Eduardo Abramovay)

Dois medidas fundamentais até agora foram adotadas nesta direção. Por um lado, os preços mínimos para a safra 1979/80, pela primeira vez nos últimos anos e apesar do surto inflacionário que assola o País, superaram as expectativas dos agricultores. A máquina de propaganda do Governo fez o possível para mostrar que só um homem como Delfim era capaz de vencer a insensibilidade rural dos técnicos do Ministério da Fazenda que tradicionalmente impõem preços mínimos menos estimulantes. Em suma, um presente do mágico milagreiro para o homem do campo.

A outra medida foi o "Pacote Agrícola" (também amplamente alardeado como obra de Delfim) que veio atender a uma antiga reivindicação de setores importantes do campeonato brasileiro: a desburocratização (e consequentemente a desconcentração) do acesso ao crédito rural. Ao que tudo indica, a desburocratização não é uma balela e o efeito político da desconcentração creditícia para o regime poderá ser, ao menos imediatamente, bastante positivo.

inimigo é bom depois de morto?

O senador Tancredo Neves (MDB-MG), alegando querer "um ato de justiça", está defendendo a anistia ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, ou seja, à memória do Juscelino, que morreu cassado e perseguido pelo regime anti-democrático, anti-lei e anti-constitucional (e por que não anti-Juscelino?) que, se mudou um pouco, não foi por vontade própria.

Na prática, a anistia que Tancredo defende não é para Juscelino e sim para o regime. Recuperar a memória do ex-presidente, enchendo-o de glórias e outras coisas que pouco valem para os mortos, não refresca nada para o Juscelino, e nem sequer para sua família, pois é muito mais agradável

mais uma do «milagre»

Foi-se o tempo em que o Brasil era um país conhecido apenas pelo futebol, carnaval e pelas mulatas. De um tempo pra cá estamos nos projetando em função de vários recordes na área econômica e social, como os obtidos na gestão do Prof. Delfim Neto na pasta da fazenda. O "milagre" brasileiro deixou os outros países apitalistas de boca aberta com: os lucros nababescos, construções faraônicas (ponte Rio-Niterói, Transamazônica etc) e com a subida vertiginosa da mortalidade infantil. Passamos também a ostentar a maior dívida externa

O que está por trás de tudo isso? De um lado, é claro, trata-se de aumentar as safras, tanto para a exportação, quanto para o mercado interno, por motivos óbvios. Mas trata-se sobretudo de fazer crescer a produção segundo as exigências dos grandes monopólios industriais e bancários: entupindo o pequeno agricultor de insumos e máquinas agrícolas e endividando-o ao máximo junto aos bancos.

No entanto, este casamento entre os interesses econômicos dos monopólios para o campesinato tem tido como resultado principal o endividamento e a ruína de milhares de pequenos agricultores que, na medida mesmo em que se "integram", passam a identificar nos grandes monopólios industriais e bancários seus principais inimigos de classe. Isso sem falar naqueles que, não conseguindo se adaptar às regras impostas pelos bancos e pelas indústrias serão fatalmente expropriados e engrossarão ainda mais as fileiras do proletariado rural brasileiro.

(Ricardo Abramovay)

vel ter parentes perseguidos pela ditadura do que heróis reconhecidos por ela. Ao contrário, para o regime ditatorial, glorificar Juscelino é uma forma de parecer liberal (o que não é lá essas coisas mas é bem melhor que ser ditatorial).

Então, a proposta de Tancredo só o faz parecer mais adesista, mais chegado a uma melhora de aparência do regime. E para isso, Tancredo não perdona nem a memória do ex-amigo. Muito melhor que aproximar a memória de Juscelino do regime que o cassou, é mudar o regime, mas isso não é para o Tancredo, opositorista mas nem tanto (ou — diria — nem um pouco).

da América Latina e uma das maiores do mundo, superando o México, a Índia e outros países exóticos.

Nos meses passados ficamos sabendo de mais um feito do "milagre", que nos foi revelado pelo cientista Albert Sabin em viagem pelo Brasil: de 1971 a 1975 tivemos o maior índice de poliometilite paralisante de toda a América Latina, passando a perna em países como o falido Uruguai, a Guatemala e outras repúblicas de bananas. Atenção fábricas de cadeiras de rodas, o homem assumiu de novo.

(Guido Mantega)

o leite das crianças

Se continuarem os aumentos do leite tipo C e a diminuição do seu teor de gordura, proximamente o grosso da população brasileira vai estar pagando um preço exorbitante por litro de água esbranquiçada. A partir de primeiro de novembro o litro desse mingado líquido vai para Cr\$ 8,70, acumulando um aumento, durante este ano, de 67,3%. Isso sem contar com a diminuição do teor de gordura, autorizado meses atrás pelo então ministro da agricultura Delfim Neto, que na prática representa um aumento não computado nos 67,3%. Desse jeito, o salário não vai dar mais nem pro leite das crianças.

(Guido Mantega)

os ventos nucleares

do dr. sardinha

Ninguém entendeu direito o convite do superministro Delfim Neto ao físico José Goldenberg para presidir o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Afinal, o prestigiado cientista não tem poupadão salvia em apontar os absurdos da política nuclear brasileira.

À primeira vista pareceu mais um passo demagógico do prof. Delfim em sua escalada pa a o governo de São Paulo ou, quem sabe, para o Palácio do Planalto. Depois de semear simpatias entre os proprietários rurais, o novo membro do socialismo fabiano estaria conquistando adeptos nas hostes menos radicais da esquerda cabocla, não fosse o veto dos chamados órgãos de segurança.

Porém, haveria a hipótese do Dr. Sardinha não só já prever a reação do SNI como também contar com ela, para colher os frutos do seu gesto "democrático", sem pagar o preço de ter um acervo crítico dentro de seus domínios. A brincadeira sairia barata, com o ônus do episódio ficando para a linha dura do regime.

Finalmente, o episódio poderia ser interpretado como a manifestação do choque de interesses entre os vários parceiros do poder (vide matéria de Bernardo Kucinski), se digladiando por uma fatia maior do apertado orçamento estatal. Em matéria de gastos, o programa nuclear brasileiro é um poço sem fundo, com resultados duvidosos para os interesses dos capitalistas, desviando recursos de outros projetos, e resultando numa energia mais cara do que a elétrica. Com o calo apertando, determinados setores empresariais teriam interesse em trazer à tona certos detalhes desmoralizando o projeto nuclear. Não seria por acaso, então, que o jornal do Sr. Herbert Levy (recém reconciliado com Delfim Neto) teria reprisado as mazelas da Nuclebrás (parcialmente noticiadas meses atrás pelo Estadão), ao mesmo tempo em que Delfim assumia o planejamento e procurava mudar a direção da CNPq. Nunca é demais lembrar que não é pelas suas curvas que o rolô minis.ro do planejamento goza da plena confiança da largas parcelas do empresariado. Portanto, o "affaire" Goldenberg pode representar muito mais do que um balão de ensaio, ou um blefe para angariar simpatias. Quem sabe novos ventos na política nuclear brasileira.

(Guido Mantega)

malufadas

Cena I: O golpe do baú

O salário milionário do ano, na administração pública paulista, é recebido por Marco Antonio Michaluate, genro do governador Paulo Maluf. Para a mamata de "assessorar" o sogro, o esperto rapaz abocanha a nada desprezível quantia de Cr\$ 151 mil. Sim senhor: é isto mesmo, não fique pensando que houve erro de impressão.

O triste é lembrar que somos nós, os otários que pagam impostos, que sustentamos a mordomia destes trombadões de altas rodas. E o que se poderia denominar de abertura lenta, gradual e segura dos cofres públicos aos protegidos do poder...

Cena II: A creche de Sylvia Lutfalla Maluf

A testa-de-ferro do caso Lutfalla — empresa que lesou o Banco Nacional do Desenvolvimento, BNDE, em vários milhões de cruzeiros — hoje, primeira-dama do Estado, dedica-se ao "trabalho social". De fato, Sylvia L. Maluf assina (não ousaríamos dizer que escreve) uma coluna no Shopping News chamada de Pró-Gente. Pois bem, no último domingo, 26 de agosto, ela elogia "a atitude dos moradores da Vila Dalva que, em regime de mutirão, construíram, em terreno doado pela Prefeitura, uma creche para suas crianças. Sem espalhafato, durante meses seguidos, homens e mulheres utilizaram suas horas vagas num trabalho que, agora, beneficia todo o bairro". A mulher do governador diz achar "admirável esse espírito comunitário" e propõe a conti-

nuidade do trabalho voluntário pois "o Governo não pode, sozinho, resolver todos os problemas que afetam a sociedade".

Estamos de pleno acordo, com apenas duas pequenas ressalvas: o governo não pode resolver todos os problemas sociais mas bem que dá para melhorar ou sanar alguns. Tudo depende, não nos esqueçamos, da forma com que se emprega o dinheiro público e das prioridades que se tem. Não é pagando mais de 150 mil cruzeiros para o genro, secretário pessoal, que o governo está contribuindo para comunitariamente resolver os problemas sociais (se bem que contribua muito para o bem estar do genro). Ademais, é um absurdo que as parcelas mais sacrificadas da população tenham de substituir o poder público em obras que são de sua responsabilidade, como a construção de creches. Com esta de que são utilizadas as "horas vagas" (em outras palavras: o curto período do merecido descanso dos trabalhadores) o governo se omite de cumprir aquilo que é seu dever, pelo menos em teoria. Não é a toa que também Andreazza, o homem da ponte Rio-Niterói, atual ministro do Interior, incentive publicamente a construção de casas com o trabalho voluntário dos moradores. Se os salários fossem menos indecentemente baixos e se o Banco Nacional de Habitação estivesse realmente preocupado com os problemas da população assalariada, não era preciso ficar expropriando os trabalhadores também de suas horas de descanso.

Maria Moraes

salários e inflação

O velho lord Keynes já ensinava que há uma maneira mais sutil de rebaixar os rendimentos dos trabalhadores do que baixar os salários. Melhor mesmo era deixar os salários nominais onde estavam e subir os preços. Na prática o resultado era o mesmo, com menos complicações sociais: a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Essa lição não só foi magnificamente aprendida pelos empresários brasileiros, como também estes conseguiram superar o mestre inglês jogando a culpa dos aumentos de preços nas costas da OPEP. Com essas e outras desculpas, em 1979, ano de grande mobilização social no Brasil, as conquistas salariais já foram devidamente esvaziadas pela inflação galopante, que deve passar dos 60% até o fim do ano até mesmo nos modestos índices oficiais.

(Guido Mantega)



esquerda armada

Já está pronto o livro "ESQUERDA ARMADA" (Testemunho dos presos políticos do presidio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro), que esclarece alguns aspectos ainda não conhecidos por grande parte da população brasileira, sobre os presos políticos do Rio de Janeiro. Os documentos são de autoria dos próprios

preços e selecionados por Luzimar Noqueira Dias, jornalista capixaba.

O livro custa Cr\$ 110,00 e breve estará nas livrarias. Por enquanto, quem quiser deve dirigir-se a Edições do Leitor Ltda., na rua Santa Cecília, 7 — Centro — Vitória (CEP 29.000) — Espírito Santo.

(Resende Valadares Netto)

o espasmo nuclear

Com a tentativa de se impedir "manu-militari", que "A Gazeta Mercantil" publicasse o curioso "acordo de acionistas" entre a Nuclebrás e a Kraftwerke Union, já divulgado anteriormente pelo "O Estado de S. Paulo", as disputas sobre o programa nuclear no interior do aparelho estatal atingiram, subitamente, a dimensão de virtual luta intestina.

Essas divergências vinham se desenvolvendo em pelo menos três frentes perfeitamente identificáveis:

1 — A dos "geiselistas" contra os "medicistas". Como uma ponte entre os dois grupos, a ascensão do general Figueiredo adiu a inevitável definição, que acabou se dando a favor dos "medicistas" na queda de Simonsen.

Os "medicistas", agora, vão fazer com o programa nuclear, tão caro ao presidente Geisel, o que Geisel fizera antes com a Transamazônica de Médici: decretar sua "morte administrativa".

2 — A dos "empreiteiros" contra os "geopolíticos". A poderosa e tradicional indústria das hidroeletétricas, uma aliança de empreiteiras privadas e o corpo burocrático das empresas estatais de eletricidade em torno de objetivos comuns de expansão, o princípio não se opôs às centrais nucleares. Furnas, por exemplo, apreciava ganhar o status de "nuclear", com a aquisição de Angra I. Mas o programa

das oito centrais de Geisel, era demais: de um lado tirava recursos financeiros que normalmente iriam para hidroeletétricas, (e com isso desgostou parte dos empreiteiros), de outro, inevitavelmente transformada empresas como Furnas de lucrativas em não lucrativas, reduzindo o poder de suas estruturas burocráticas. Furnas revoltou-se contra um programa nuclear que fará com que de 10 milhões de Kw de sua capacidade instalada, 3 milhões sejam de origem nuclear, muito mais caros, tornando-a insolvente. Foram os presidentes de Furnas (John Cotrim), da Eletrobrás (Antonio Carlos Magalhães), que destruíram a argumentação energética para o programa nuclear na CPI do Senado, deixando a nu suas razões militares.

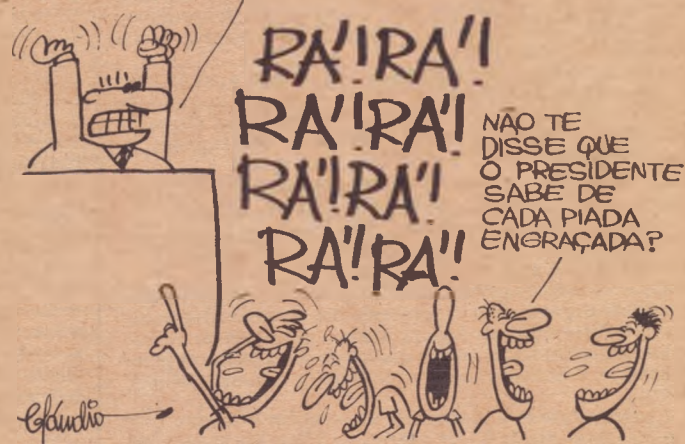
3 — A da Indústria contra governo. A revelação de que eletricidade de origem nuclear inevitavelmente levará as tarifas de energia elétrica (de qualquer origem, porque a rede é interligada), a um novo patamar de preços pelo menos três vezes superior aos atuais, provocou a revolta dos industriais. Especialmente os que mais consomem eletricidade. Erminio de Moraes, do truste que controla 40% da produção nacional de cimento, lançou um ataque frontal contra o programa nuclear. A própria Confederação

Nacional da Indústria (CNI), já pediu uma redução nas dimensões do programa nuclear. A diminuta compensação do programa, em termos de encomendas lucrativas à indústria local, não permitiu angariar apoio mesmo em setores localizados da burguesia industrial (aspecto ressaltado pelo episódio do acordo de acionistas da Nuclebrás, a empresa de engenharia industrial do programa nuclear).

O convite de Delfim Netto ao professor Goldenberg, conhecido como crítico histórico do programa nuclear, para a presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, precipitou os acontecimentos. A nomeação, entendida como pá de cal no programa nuclear, foi logo vetada, já na forma de reação intestina, pelo que se supõe seja a aliança Itamaraty-Forças Armadas, interessada em manter o programa nuclear. A operação da Polícia Federal, recebendo ordens que dificilmente serão assumidas, foi o novo episódio da mesma desesperada tentativa do braço armado do governo, de impedir que o próprio governo acabe com o programa nuclear. A importância do último episódio está em que ele nos lembra de que forma, em última instância, disputas acabam sendo decididas em regimes ditatoriais.

(Bernardo Kucinski)

JURO QUE
FAREI DESSE
PAÍS UMA
DEMOCRACIA!!!



a uee na boca da urna

Nesta quinta e sexta-feira os estudantes universitários paulistas vão realizar as eleições —livres — da União Estadual dos Estudantes, quando cinco chapas estarão disputando a diretoria da entidade: Voz Ativa, Chegou a Hora, Novação, Liberdade e Luta e Chapa da Convenção.

A chapa que desponta como a mais provável vencedora é Voz Ativa, uma frente formada por seis estudantes do grupo Refazendo, seis da Caminhando e mais três que se colocam como independentes. Voz Ativa defende em seu programa e necessidade da formulação de um projeto alternativo de universidade e aponta a importância de ser criado um partido político efetivamente comprometido com os interesses populares.

Chegou a Hora é a única chapa que pode ameaçar diretamente a vitória de Voz Ativa. É composta por oito membros da tendência que defende uma Frente Popular, seis da Reforma e mais um da chamada "direita". Chegou a Hora defende a entrada no MDB e a sua transformação num partido popular.

A frente de Resistência e Convergência Socialista, Novação, corre por fora, mas poderá crescer bastante nesta eleição, principalmente por sua defesa do Partido dos Trabalhadores, o PT. Liberdade e Luta, bastante desgastada por sua gestão no DCE da USP e a Chapa da Convenção estão fora do páreo.

(Sérgio Allii)

o charme da burguesia republicana

O "Jornal da República" já está nas bancas, com seu ideário incluindo a anistia ampla, geral e irrestrita; o partido dos trabalhadores e outras reivindicações progressistas. E, paradoxalmente, exibindo anúncios de meia página da Volkswagen; do Banco Itaú; da Petrobrás e outros grupos milionários do setor privado e estatal. Verdade que com muita criatividade propagandística, no estilo de "todos os repórteres da República compram seus uniformes no Jeans Store", ou, ainda "gente inteligente também se veste bem" só que além disso também precisa ter muita grana, pois não é qualquer um que pode comprar na Company (contribuição nossa para complementar o anúncio).

Destaque para a matéria de Antonio Carlos Fon, "As 'viúvas de Fleury' em busca de um chefe", exemplo de jornalismo policial sério. Ao mesmo tempo, críticas ao desrespeito e frivolidade da seção "República Mulher" que chama Jane Fonda de "patulheira" e tem como chamada esta frase primorosa: "A redação de um jornal pode rachar. Culpa de duas belas mulheres". A matéria não está assinada: talvez o desconfiômetro do (a) autor (a) tenha funcionado na última hora e ele (a) tenha se dado conta que este não é o estilo de artigo que enobreça o currículo de um jornalista.

De resto, um jornal com fôlego. Aguardemos.

(Maria Moraes)

EM TEMPO tablóide

Como anunciamos no número anterior, mudamos mesmo de formato. EM TEMPO agora é tablóide, com 16 páginas, para garantir o fim de nossos déficits mensais e permitir uma boa impressão aos leitores. Com o tamanho standard — que adotamos quando do lançamento do jornal, quebrando a tradição tablóide dos últimos tempos da imprensa alternativa de oposição no Brasil —, já não tínhamos condições de imprimir o EM TEMPO em off-set, tendo que fazê-lo em linotipo, o que vinha limitando enormemente a qualidade gráfica.

Isso porque as gráficas existentes na praça e dispostas a rodar o nosso jornal não têm condições técnicas de imprimi-lo em formato standard com o vermelho no logotipo.

Para alguns leitores, que não viram o anúncio feito no número anterior, cabe não só a repetição dessas explicações como também a reiteração das condições de sobrevivência do EM TEMPO e dos outros alternativos de oposição. Dependemos fundamentalmente do apoio dos leitores, da venda em bancas, diretamente e por meio de assinaturas, na medida em que não contamos com publicidade. Acreditamos, no entanto, que a qualidade editorial do EM TEMPO e os objetivos a que ele se propõe e pelos quais luta são merecedores do apoio que até então tem recebido.

joão vasconcelos

O resultado é que o pau cai em cima dos trabalhadores

No início da década de 60 a mobilização do movimento sindical se acentuou e a gente percebeu a presença política dos grupos interessados na intervenção militar, ocorrida em 64. Era o planejamento das multinacionais no sentido de criar condições políticas que facilitassem o seu domínio sobre a economia nacional, o que passa a acontecer com rapidez, generalizando-se o controle monopolista e multinacional sobre os setores fundamentais da economia.

A primeira medida foi a intervenção nos sindicatos e o aniquilamento das lideranças. Em apenas um ano (64-65) mais de 700 sindicatos sofrem intervenção policial. A segunda medida foi a política salarial. A terceira foi o FGTS, para institucionalizar a insegurança e também para extinguir o passivo trabalhista das empresas. Foi o fim da estabilidade e das indenizações.

As multinacionais, através da política de "dumping", passam a eliminar a concorrência e estabelecem a oligopolização da economia. Em paralelo, ao nível político, tudo se faz para se reprimir as lideranças e movimentos que viessem a denunciar o avanço das multinacionais e o domínio do governo sobre os sindicatos.

Em 67-68, esboçadas as primeiras reações contra o regime, este responde, já sob o governo Costa e Silva, com as torturas, os assassinatos, as prisões, seqüestros e banimentos, que se intensificam sob o governo Médici.

A promessa dos governos militares era eliminar a inflação em 3 anos, e em seguida, extinguir a política salarial (arrocho), repartir o bolo e instaurar a abundância. Nessas condições viria a abertura política.

Nesse período, paralelo à concentração de renda, a expropriação da economia nacional é estimulada sob o amparo do grupo no poder, que financia essa desapropriação através de toda sorte de incentivos. A indústria, ao contrário de gerar milhares de novos empregos, cria uma massa de subempregados.

Sob estas condições é que os trabalhadores começam a sair da inércia em que a repressão os havia lançado. Os protestos surgiram de todas as categorias, de todos os segmentos da sociedade, diante da situação caótica da economia nacional. Vêm as primeiras greves. E, com elas, a repressão.

Em Minas Gerais a situação é peculiar porque a indústria, nestes anos, teve um crescimento fulminante e absorveu um operariado vindo do meio rural, lançado nas periferias sem qualquer condição de vida. O salário mínimo que deveria, de acordo com o DIEESE, ser de Cr\$ 6.300,00 é de apenas Cr\$ 2.268,00.

De resto, a explosão de greves, espontânea, assume a forma explosiva porque não existe o canal de expressão dos interesses dos trabalhadores. O único está sendo a greve. Dada a gravidade do quadro econômico, as manifestações teriam que surgir sob a forma de greve que ultrapassam o sindicato quando este deixa de assumir a liderança das lutas.

Feita a primeira greve, o movimento se expandiu e as greves em Minas já chegam à cifra de 40. Os salários em Minas são os mais baixos do mundo e em Belo Horizonte o custo de vida alcança o maior índice nacional.

Estes movimentos pegaram os empresários desprevenidos, dispostos a não ceder, confiando no esquema repressivo. Resultado é que o pau cai em cima dos trabalhadores.

Em Divinópolis, os empresários dirigiram-se à PM que baixou o pau nos grevistas. A despeito disso os piquetes se mantêm. Quebraram a cabeça de vários operários e um deles, Benedito Santos, teve afundamento do crânio e morreu vítima da agressão policial.

Sobre a greve dos bancários, nós sabíamos de antemão que a repressão seria total dado o grau de envolvimento do governo com os banqueiros. Esperava-se o endurecimento, mas não se suspeitava que chegasse ao grau verificado. A PM não permitiu a formação de piquetes nos bancos. Antonio Ermírio de Moraes disse: "No Brasil há duas classes, os banqueiros e o resto". A repressão contra a greve dos bancários mostra isso.



João Paulo é representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade na Federação Mineira.

didimo paiva

Tudo isto mostra que estamos diante de uma grande impostura

Quem alimentava alguma ilusão de que tudo o mais estaria resolvido com a simples revogação do AI-5 e o 477, agora já não pode se iludir. Estamos sem o AI-5, o 477 foi revogado, mas nunca tivemos um surto de repressão como o que se desenvolve nestes dias contra os trabalhadores.

O estrangeiro que estivesse em Belo Horizonte na semana passada certamente pensaria que o Brasil estava numa guerra de vida ou morte para repelir um invasor. No entanto, tratava-se apenas de uma greve pacífica de bancários. E sabido que, no segundo dia do movimento dos trabalhadores na construção civil, o então ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, defendeu ardorosamente a aplicação das "salvaguardas constitucionais" (leia-se: AI-5 disfarçado) no âmbito de Minas Gerais. Sabíamos, também, que essa posição de Simonsen era referendada por fortes grupos da Arena mineira interessados em derrubar o sr. Francelino do Palácio dos Despachos.

Tomando conhecimento desse plano suspeitamente desenhado para explodir em Minas, dirigentes sindicais responsáveis saíram às ruas para impedir o golpe dentro do golpe. O plano era claro: a fim de tranquilizar a população "ameaçada" pela greve dos companheiros da construção civil, a medida extrema seria adotada. E foi o que se viu: durante três dias dirigentes sindicais daqui e de São Paulo estiveram reunidos, no Sindicato dos Bancários e no ex-campo do Atlético, para dar assistência aos trabalhadores em greve e impedir que eles continuassem servindo de pasto aos agentes da extrema direita e da repressão.

Mais cedo do que se esperava, entretanto, verificamos que o grupo anti-Brasil (Delfim Neto-Garrastazu Médici) retomou as rédeas do governo. E, se não estão usando as "salvaguardas" contidas na emenda 11, usam o que há de pior: os dispositivos da CLT fascista que aí estão, desde a ditadura Vargas, em 1943, para reprimir e impedir a ascensão das massas. Desta vez com lances de indistigável delação, como se viu no caso da deposição do companheiro Arlindo José Ramos, um dos mais ativos e firmes críticos da política de força do atual governo. E mais ainda: a prisão de vários companheiros bancários que integravam a Comissão de Mobilização dos Bancários, eleitos por uma assembléia da classe; a prisão de companheiros professores, sempre nos moldes da polícia nazista, isto é, sem nota de culpa, na calada da noite; o assaltino pela repressão do operário Orocílio; as descargas de cavalaria contra bancários e metalúrgicos nas ruas de Belo Horizonte, Nova Lima e Divinópolis; a violência e a intolerância com que o permanente delegado do Trabalho, Onésimo Viana, intimida comissões de trabalhadores, a pretexto de defender e valorizar diretorias de conhecidos pelegos; a ação de delegados de polícia no interior, que chamam às delegacias trabalhadores que não se rendem às intimidações patronais. Tudo isto mostra que estamos diante de uma grande impostura: enquanto se proclamam as delícias da "abertura política" para os patrões, aplica-se o cassetete e a cavalaria contra os trabalhadores. É de lembrar a fala de um "peão" no ex-campo do Atlético, depois das tramóias do dirigente de seu sindicato: "O ruim não é a gente sofrer, que trabalhado sempre sofre. O ruim é a gente sofrer à toa". Como dizia o saudoso Milton Soares Campos, este sim, verdadeiro liberal: A burguesia está sorvendo os últimos tempos sem saber disso...

Didimo Paiva é representante do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais junto à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais.



gilney amorim

O caso dos "desaparecidos" é o Calcanhar de Aquiles do regime

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da anistia parcial proposta pelo regime militar a luta pela anistia total entra em uma nova fase.

Essa fase da luta pela anistia teve dois pontos altos: primeiro e principalmente as grandes manifestações de massa, cabendo destaque para a passeata dos 20 mil, do dia 14 no Rio; em segundo lugar, a greve de fome nacional dos presos políticos, cujo epicentro foi o Rio de Janeiro, onde os presos políticos atingiram os 32 dias sem comer, e que tiveram melhores condições do que os demais para polarizar as atenções.

E agora? Quais os aspectos principais para a continuidade da luta pela anistia?

O desdobramento dessa luta terá que partir das novas condições criadas: uma nova consciência nacional da necessidade da anistia total; a capacidade de articulação entre as diversas forças sociais e políticas em torno do objetivo comum; as comprovadas possibilidades de manifestações de massa nas ruas; e por fim a reincorporação política do pessoal que foi beneficiado pela anistia parcial.

Neste sentido, duas preocupações nos parecem centrais. Primeiro: saber conjugar a luta pela anistia total com as demais frentes de luta política que vão assumir maior importância a partir de agora, como a questão partidária. Para isso é fundamental continuar garantindo o caráter aberto, popular, unitário e apartidário da bandeira e da luta pela anistia plena. Segundo: dar continuidade ao processo de integração e conjugação dos setores sociais que se incorporaram à luta pela anistia. Isto só será possível se atentarmos para as particularidades de cada setor, que devem ser estimulados em seu desenvolvimento autônomo mas ao mesmo tempo abrir os canais para a unidade do movimento a partir de formas unitárias de lutas concretas.

Taticamente três pontos deverão merecer destaque, daqui para diante nesta ordem de principalidade: 1º) a libertação dos presos políticos; 2º) a aplicação da anistia parcial, e 3º) o esclarecimento e apuração dos casos dos "desaparecidos".

Vejam isto mais de perto: 1º) a existência dos presos políticos é um dos símbolos mais evidentes das limitações da chamada abertura política do regime, e por outro lado é elemento altamente sensível para as grandes massas, como bem demonstrou a solidariedade alcançada com a greve de fome. Enquanto houver um preso político se deve bater nesta tecla na campanha pela anistia plena. Este é um ponto de atuação imediata.

É justo aproveitar de todas as possibilidades para se levantar a bandeira da libertação dos presos políticos. A política tem que ser ampla, sem que isto implique em compromissos nem da parte dos presos políticos, nem das forças políticas contraditórias envolvidas, que não os atinentes à solidariedade e à luta concreta imediata.

2º) A luta pela aplicação dessa anistia parcial deverá ter desdobramentos, abrindo campo de mobilização dos mais diversos setores sociais. A começar de imediato, também, com a volta dos exilados - que deve ser trabalhada no sentido de assumir a maior dimensão política possível, e que seja de massas nas ruas. Para que a volta desses brasileiros não seja apenas um congraçamento pela sua reintegração social, mas que tenha claro significado de reintegração política.

Paralelamente se deve fazer um esforço para se travar a luta de forma organizada em cada setor dos atingidos e beneficiados pela anistia parcial, com relação à reintegração nos seus direitos, procurando-se evitar que este processo se atomize em atitudes individuais facilmente absorvíveis pelo regime. Mesmo quando se for obrigado a iniciativas individuais essas deverão estar respaldadas pelo conjunto do setor. E, finalmente, nesta questão certamente que se deverá dar especial destaque às batalhas judiciais que, certamente, serão suscitadas. Essas só terão maior significado se politizadas, para que a anistia parcial não seja ruminada pelo regime e, ao contrário, seja explorada pelas oposições populares, no sentido de fazer avançar a luta pela anistia total.

3º) O caso dos "desaparecidos" é o calcanhar de Aquiles deste regime. É a porta de entrada para a apuração das torturas e assassinatos cometidos pelo regime contra opositores e presos políticos.

Embora de imediato a questão da libertação dos presos políticos tenha precedência a luta pelo esclarecimento e apuração dos "desaparecidos" é a que terá maior continuidade. É preciso sensibilizar todos os que lutam pela anistia para essa frente de luta.

Todos estes três pontos deverão ser levados adiante simultaneamente mesmo porque são complementares. Ao mesmo tempo que devemos ampliar socialmente a luta, devemos aprofundar em suas consequências políticas, para que ao conquistarmos ganhos específicos e parciais não os deixemos ser assimilados e integrados aos planos estratégicos do regime e façamos deles um processo continuado e crescente de mobilização popular que acabe impondo o fim à ditadura militar e realize a democratização do país.



Gilney Amorim Viana é preso político no Presídio de Frei Caneca, no Rio de Janeiro.

Convenções: O MDB renovou-se?

Pondo fim às ilusões que ainda restavam em certos setores no sentido da transformação do MDB num partido popular, as convenções municipais do último fim de semana vieram dar a prova de quem manda e fatura nesta «frente das oposições». Enquanto isso, ao lado do funeral emedebista, o PTB, o PT e o PP estão se mexendo: cada um à sua maneira.

Por Flávio Andrade

A primeira etapa do calendário das reformas políticas do governo, a anistia restrita, foi completada agora com a sanção de Figueiredo, restringindo ainda mais o texto legal antes aprovado pelo Congresso. Aberta a segunda etapa, a da reformulação partidária, o MDB, coincidentemente, saiu logo ao campo com suas convenções municipais.

Num clima de final de festa, elas se realizaram por todo o território nacional no último domingo, dia 26. Com a exceção de São Paulo e Porto Alegre, onde houve disputa com mobilização das bases, por todo o resto do país dominou o desinteresse, quando não o abstencionismo puro e simples. A legenda oposicionista deixou inclusive de promover convenções em vários municípios onde detém diretórios. «É que o MDB já acabou», comentavam vários convenionais. O governo selou seu destino e «não há como ressuscitar o semi-defunto».

No entanto, por detrás deste aspecto inegável da questão está outro, e muito mais importante, que é a própria natureza do partido confirmada agora nas convenções. Um partido desmobilizante, burocrático e autoritário na sua estrutura interna. Ou seja, um partido de caciques e máquinas eleitorais. E o resultado das convenções não poderia ser outro: de norte a sul, com a notória exceção de Recife, todos os grandes centros urbanos nas mãos dos seus tradicionais chefes. Orestes Quêrcia e Franco Montoro em São Paulo, apoiados respectivamente, mas secundariamente, por Alberto Goldman e Fernando Henrique Cardoso. A presença da esquerda, através destes dois últimos é que conseguiu dar um mínimo de mobilização à disputa que, do contrário, teria também se marcado pelo desinteresse. Os resultados finais ainda demorarão, mas é certo que o controle deverá ficar mesmo com Quêrcia.

O MDB no poder

No Rio de Janeiro, a vitória massacrante da máfia de Chagas Freitas, agora governador do Estado, que conseguiu quase a totalidade — 860 de um total de 900 — dos futuros delegados à convenção estadual que se realizará em outubro próximo. Com sua potente máquina clientelística, apoiada numa sempre bem lubrificada corrupção, Chagas impôs-se agora como senhor absoluto do MDB carioca, jogando para fora, definitivamente, a ala de Amaral Peixoto.

Em Porto Alegre, debaixo do domínio de Pedro Simon, na penumbra com a volta de Brizola, duas chapas se enfrentaram: uma da conciliação entre a atual executiva, os trabalhistas históricos e o populismo de direita e outra, reunindo a Tendência Socialista, a Oposição Popular, articuladores do PT socialistas independentes. A primeira ganhou — carreando eleitores em frota de ônibus e acusando a segunda de «infiltração comunista no MDB e nos movimentos grevistas» — ainda que a chapa de esquerda tenha conseguido fazer 11 dos 30 delegados do Diretório Municipal, aumentando sua participação.

Brizola: incendiário que virou bombeiro

Os militares não precisam ficar arrepiados. As marchadeiras de 64 não serão obrigadas a revirar baús atrás de rosários. E a burguesia não tem motivos para temer ataques à propriedade. Leonel Brizola aterrissa nos pampas no dia 6 de setembro, mas não é mais o incendiário de 64, que queria fechar o Congresso, executar a reforma agrária na porrada e desapropriar as empresas estrangeiras. O incendiário virou bombeiro após um cursinho intensivo nos Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Portugal, promovido pela Internacional Socialista. Brizola vem manso, sugerindo até que Figueiredo pode ser o Adolfo Suárez brasileiro e insinuando que ele pode obter legitimidade se for o mediador equidistante dos grupos, como disse à revista «Veja», esta semana.

Surpreendentemente, ele revela à «Veja» e ao «Jornal do Brasil» que as duas prioridades do PTB que ameaça ressuscitar serão as crianças desamparadas e a reforma das estruturas sociais. Com relação ao primeiro item, nada de novo. Pelé já foi pioneiro ao pedir no Maracanã que, pelo amor de Deus, todos ajudassem as crianças pobres. Com relação ao segundo item, Getúlio Vargas disse coisa melhor. E já era criticado pelas esquerdas da época como mero reformista.

«O que nos identifica com a social-democracia e outras áreas liberais — disse ele ao JB — é a busca das transformações sociais num clima de liberdade e pluralismo democrático». Aparentemente, para o ex-governador gaúcho, basta trocar as janelas corroidas por vidro fumê e cair as paredes. A casa estará nova. Inspirado pela social-democracia, Brizola propõe apenas um novo pacto social. E a



Ulisses cansou-se de pregar a unidade

Em Belo Horizonte, silenciosamente, os pessedistas cumpriram o ritual necessário para a manutenção de seu bastião. O senador Tancredo Neves é o líder incontestado da «oposição mineira».

Excetuando portanto a situação de Pernambuco sob a liderança clara do autêntico Jarbas Vasconcellos, a situação do MDB nos grandes centros do país é a mesma: um partido com seus caciques e máquinas tradicionais, procurando simplesmente manter o aparelho enquanto sondam o terreno da rearticulação partidária. Tancredo Neves mais para «Partido Independente» juntamente com Magalhães Pinto, Paulo Egidio e outros; Quêrcia esperando para ver se fica com os autênticos (SIC), com o PTB, com o PI ou mesmo com Maluf; Chagas, aguardando o sinal verde do Palácio do Planalto e assim por diante.

Nós quem, cara pálida?

Com um resultado deste fica patente a farsa de se falar em «unidade» ou «frente» das oposições. Pelo menos se quer tirar desta bandeira algum apelo diante das oposições efetivamente populares. Desmancha-se assim o sonho de muitos que depois das eleições de 78 entoaram o canto da «unidade emedebista» e desmascara-se ao mesmo tempo a proposta daqueles que hoje ainda alardeiam a «deputação do MDB».

Na verdade o que tais propostas trouxeram foi uma paralisia na busca de alternativas consequentes para a oposição. E enquanto isso o regime de um lado e o PTB de outro é que de fato avançaram na demarcação de suas propostas partidárias. Não é à toa que, segundo os cálculos atuais, enquanto os moderados — fonte de abastecimento para o PI — contam com 85 deputados federais e 12 senadores, os trabalhistas com 50 deputados e 8 senadores, os autênticos perdem terreno e reduzem-se a 50 deputados e 6 senadores numa avaliação otimista do MDB a nível federal.

Assim, as convenções com seus resultados e o desenvolvimento que vêm tendo propostas novas do tipo PT poderão, talvez, pelo menos convencer a muitos iludidos de que o MDB, definitivamente, não tem conserto.

pátria estará salva. Resta saber se a burguesia estará disposta a perder mais alguns anéis. E se os trabalhadores, após 15 anos de exploração e repressão impunes, vão se contentar com salários um pouco menos injustos, com uma CLT pintada com a cor da moda, com uma participação maior das decisões econômicas e políticas do País.

Tanta moderação tem apenas um objetivo: mostrar que a social-democracia não é revolucionária — longe disso — e nem é ameaça para o capitalismo implantado no País. Ao contrário, é a safada pacífica para as contradições brasileiras. Afinal, não foi à toa que os social-democratas despençaram sobre a Nicarágua prometendo toda a ajuda possível, desde que a revolução sandinista não fosse longe demais.

Povoada de ditaduras, a América Latina pode tornar-se uma imensa Nicarágua na próxima década. Previdentes, os social-democratas alemães parecem ter convencido Brizola a se tornar o camelo da nova campanha publicitária sob um slogan que pode ser algo como: «Ameaça de convulsão social? Social-democracia cura».

Assim, ao voltar, vai em romaria aos túmulos de Getúlio Vargas e Goulart. O primeiro, o «pai dos pobres», criou sindicatos atrelados aos Ministérios do Trabalho, incentivou o peleguismo, enganou com o PTB e criou a CLT à moda do fascismo. O segundo tentou seguir o mestre. Vacilou, quis conciliar com gregos e troianos. Deu no que deu. No golpe de 64. Brizola parece querer começar tudo de novo.

(Angel Morales)

ISTO AÍ

Depois que o *Jornal da Tarde* contou a história da guerrilha do Araguaia, a *Folha de São Paulo* não quis ficar para trás. Por meses preparou uma reportagem sobre o campo de treinamento guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária-VPR, na região de Vale da Ribeira no Estado de São Paulo em 1970. Manchete na edição do dia 27 último, segunda-feira. Para tanto tempo de preparo, a matéria está pobre; perde longe para a rival do JT. No entanto, o Coronel Erasmo Dias, que na época comandou a repressão à VPR, repicou no dia seguinte na própria *Folha*, reconhecendo a precariedade da tropa no enfrentamento com os guerrilheiros e seus métodos de ação: «dávamos tiros ao redor dos presos encostando-os no barranco, para fazê-los falar... esguichei spray de gás lacrimogêneo nos olhos de alguns...». Mas tortura mesmo, diz o Coronel, «isto foi no começo, no tempo do CIEX»; isto é, quando era o exército quem estava reprimindo. Valeu pela confissão.

«JB» ama João

O governo realiza pesquisas de publicidade a seu favor através do IBOPE da mesma maneira como o fez na questão da anistia para provar que a opinião pública era favorável à medida restrita. Lá, foi a revista *Veja* quem se encarregou da divulgação; agora é o *Jornal do Brasil* que na sua edição de terça-feira, dia 28, traz como manchete: «IBOPE diz que maioria é centro conservadora». Indecente, o trabalho encomendado pela Secretaria de Comunicação da Presidência. O povo é a favor de uma democracia «centro conservadora», e «João Figueiredo é a liderança mais simpática do país» — diz a pesquisa — superando de longe a toda a oposição.

Petrobrás acordo nuclear

E é de novo o *Jornal do Brasil* que, domingo último, dia 26, abre manchete pondo jogo na divisão do MDB com «Brizola acusa Ulisses por divisionismo» numa entrevista onde o líder do PTB dá caneladas em todo mundo: Ulisses, Arraes, Lula etc. Também pudera: o JB não queria ficar para trás, levando um banho da *Veja* na disputa para ver quem promove melhor o PTB. *Veja* fechou sua edição desta semana trazendo nada menos do que 10 páginas sobre a volta de Brizola: «O jogo da moderação» é o título que abre a matéria, ao longo da qual, de fato, Brizola faz penitências inéditas: admira «o assombro e a coragem» dos generais Mourão Filho e Guedes, e de Magalhães Pinto, os parceiros de golpe de 64; e mais (pasmem-se): «o que eles fizeram não foi um golpe de Estado... foi uma coisa mais como o movimento de 1930». Afastando-se de Arraes, Brizola diz: a solução dele (Arraes) para a burguesia brasileira é «jogar ela no mar; ora, a burguesia brasileira ficou muito grande para ser jogada no mar. Tem de se achar um papel para ela». Quem te viu... Não é à toa que Hélio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa* de segunda-feira, 27, dizia: «O ex-governador Leonel Brizola passou a sexta-feira, o sábado e o domingo muito preocupado com as denúncias sobre o acordo nuclear Erasmo-Alemanha e as revelações feitas pela *Gazeta Mercantil*... (ele) deu e recebeu inúmeros telefonemas para o Brasil, falando sempre de forma exaltada e veemente: «A defesa do acordo é importantíssima para o futuro do Brasil... tanto quanto foi a defesa da Petrobrás no passado». Ora pois; de nacionalista raivoso a agente do imperialismo social-democrata alemão.

PASQUIM e os velhos rumos

«Com esta do PT tem muita gente agora querendo queimar o Lula, pois ele não está sob controle e incomoda, desafia etc». Era o comentário que se ouvia desde a semana passada da parte de vários leitores do PASQUIM. Na sua edição de nº 530 vem a chamada de capa: «Ei, metalúrgicos paulistas; entrevista com o presidente do maior sindicato da América do Sul». Nada mais, nada menos que uma entrevista de 6 páginas com o super-pelego e dedo duro Joaquim Andrade dos Santos, dos metalúrgicos de São Paulo. E conduzida na maior maciote, prá não dizer carinho. E mais: por Henfil, Sérgio Gomes e Milton Coelho da Graça entre outros. Numa dada altura, uma queimada em José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que comandou a greve de 68 — em seguida preso, banido e agora, em 79, de volta ao Brasil. Diz textualmente: «Eurico - Ele (Ibrahim) era um trabalhador ou era um estudante? Joaquim - Ibrahim era um estudante que militava no sindicato dos metalúrgicos de Osasco». E o papo segue daí prá frente na maior cara de pau. Vai baixar o nível assim lá na pqp. De resto, a promoção voa alto. Numa página, ilustrando, Sig diz: «há quem ache que (Joaquim) é um Lula tamanho família». (sic)

Encontro de São Paulo: ainda indefinido

O Encontro de São Paulo, que reuniu no último dia 18 mais de 400 lideranças sindicais, parlamentares, de bairros e de movimentos populares da capital e do interior para discutir a rearticulação partidária, desdobrou-se em uma nova reunião. Dessa vez mais reduzida e preponderantemente parlamentar, na terça-feira, dia 28. Com a perspectiva de levar o debate das alternativas partidárias para os movimentos de base, discutiu-se na Assembléia Legislativa Paulista um documento síntese das seis comissões formadas durante o Encontro de São Paulo. No final, decidiu-se que o documento apresentado deve ser reformulado e divulgado até a próxima sexta-feira. Nele devem constar, inclusive (o que a síntese inicial diluiu), o essencial das quatro alternativas debatidas no Encontro: manter unido o MDB; lutar por um MDB depurado; formar um Partido Popular; ou organizar um Partido dos Trabalhadores.

A reunião da última terça-feira deveria também eleger uma comissão para organizar e orientar os debates. Só foi possível, no entanto, tirar uma comissão geral para auxiliar os relatores a produzir o tipo de documento aprovado no Encontro.

Certamente pela ausência dos sindicalistas, a proposta de PT, dessa vez, não centralizou os debates, acompanhada da proposição do PP. Os «emedebistas populares», aparentemente, estavam em maior número na terça-feira. O que talvez tenha contribuído para o acúmulo de indefinições e a busca desenfreada de soluções «unitárias» que escondem os problemas concretos a serem enfrentados.

Dentro de 15 dias, um novo Encontro deverá ser realizado. (C.T.)

PT: é hora de sair dos sindicatos

Os trabalhadores na região do ABC estão formando núcleos organizados e cotizando-se com visitas ao aluguel de sedes nas três cidades para instalação das atividades do Partido dos Trabalhadores fora do âmbito sindical. As lideranças anunciam que já na próxima semana elas deverão estar instaladas.

Num nível mais geral, prepara-se para dentro de 15 dias a realização de uma reunião «grande» de caráter nacional e de composição mais homogênea para deslançar de vez a proposta consolidando o trabalho de propaganda até agora concretizado. Pois segundo Luiz Inácio da Silva, o Lula, «chega de reuniões onde se roda o cachimbo da paz, ninguém querendo ferir ninguém, e onde sempre sai um documento dizendo não somos a favor da extinção do MDB».

Lula no entanto, não esconde a possibilidade de uma unidade futura com setores autênticos do MDB, tão logo eles se definam. Assim, a aceleração do PT não significa «racha» com os outros setores populares. «Simplesmente entendo oposição como unidade de luta e não como submissão a uma legenda», declara o líder sindical.

Mas, não está nada fácil esta definição dos autênticos. Tempo ainda correrá até que o espírito de «unidade emedebista» comece a se desfazer concretamente. A volta de propostas «populares», para o plano partidário, o que estes setores parecem ainda não ter compreendido, segundo Lula é que, «os partidos brasileiros sempre foram de classe; só que da classe dominante».

De volta os "Conselheiros do Príncipe"

Para alguns «economistas da oposição» deve-se louvar a nova política econômica delfiniana como fruto das lições que pregaram por anos a fio. Já os trabalhadores estão preocupados é com uma alternativa que, de imediato não deixe cair sobre seus ombros mais um novo «milagre»

Por Paulo Sandroni

Se não me engano, foi o deputado Ulysses Guimarães quem, recentemente, disse ser muito mais difícil fazer oposição ao governo do General Figueiredo, apesar da "abertura". A sensibilidade do presidente do MDB, no entanto, não parece ser compartilhada por alguns de seus companheiros de partido, principalmente daqueles especializados em economia.

Para estes, uma espécie de paralelismo convergente estaria aproximando Oposição e Governo no plano da política econômica, harmonizando interesses conflitivos e suas tradicionais desavenças. Fazer oposição no plano da política econômica seria tarefa cada vez mais fácil, na medida em que o governo fosse assimilando algumas críticas da oposição, e houvesse certa coincidência nos programas da cada um.

Comentando as últimas modificações na equipe ministerial, alguns economistas da oposição e do MDB, chegaram inclusive a fazer recomendações para o deslanche do capitalismo brasileiro, com indisfarçável intenção de aconselhar o Delfim. Essa atitude, aparentemente carimbada com a marca da superioridade acadêmica, na realidade, só tem contribuído para enfraquecer a oposição, num momento difícil para a manutenção de sua unidade e de sua efetividade.

A entrevista concedida pelo professor Cardoso de Mello à revista "Veja" (nº 572), foi a manifestação mais recente dessa corrente de oposicionistas. Mesmo descontando a inexperiência do entrevistado para neutralizar o veneno da grande imprensa (a revista teve êxito em colocar o entrevistado entre o falso dilema Delfim ou Simonsen) é inegável que as propostas do primeiro coincidem em grande parte com as façanhas de Delfim, nessas suas primeiras semanas como ministro do Planejamento.

A receita da «Oposição»

A diferença mais importante entre as sugestões de Cardoso de Mello e a política econômica do governo para evitar uma possível recessão, reside no aumento dos gastos sociais urbanos. As outras recomendações mais significativas com algumas diferenças de ênfase, já estariam sendo aplicadas pelo governo: "aquecimento" da agricultura, incentivo às exportações, maior controle sobre os preços, "tabelamento" dos juros, freio à especulação financeira etc.

Como, tanto Cardoso de Mello como o Ministro Delfim Netto são profundos conhecedores do funcionamento do capitalismo brasileiro, é lícito supor que as medidas já em execução serão suficientes para estimular a indústria — sequiosa de pedidos — o que, somado ao crescimento da agricultura, resultaria num ritmo de expansão aceitável para a burguesia. Assim, mesmo sem recorrer a grandes planos de investimentos nos setores sociais urbanos (habitação, saneamento, transporte de massas), o desenvolvimento capitalista, almejado por todos, poderia ser mantido a taxas razoáveis e a inflação relativamente controlada pelo aumento da produção e a redução dos custos.

No entanto, mesmo que o atual coordenador da política econômica do

governo julgasse necessário "dinamizar" a indústria, através de grandes obras de infra-estrutura, dificilmente aceitaria os conselhos do prof. Cardoso de Mello. A razão é simples: tais investimentos — de acordo com o espírito da proposta — seriam feitos a fundo perdido, isto é, desvalorizando o capital ao invés de valorizá-lo. Mesmo supondo que a taxa de lucro não fosse eliminada, mas simplesmente recortada, tais investimentos exigiriam, em boa medida, financiamentos externos (aumentando a dívida já volumosa) e, apesar da relativa liquidez internacional, seria problemático dirigi-los para este fim.

Mas, como diz o economista Antônio de Castro, o capitalismo "ainda é aquele" e se existem alternativas para dinamizar a economia — como de fato existem — estimulando a indústria e outros setores, sem desvalorizar o capital, elas receberão certamente a preferência do Príncipe.

O conselho desembuca, portanto, no vazio. E estreita, notavelmente, o campo de manobra da oposição, deixando-a desarmada frente ao provável êxito da política econômica do governo em dinamizar o capitalismo e reduzir a inflação. Além disso, vem carregado de muita ingenuidade pois não reflete um passo indispensável a ser dado pelos orientadores da política econômica. E muito menos constitui o ponto central do programa dos trabalhadores, como veremos abaixo, para enfrentar a atual conjuntura.

As exigências do plano político-eleitoral, provavelmente levarão o governo a ampliar bastante os "investimentos clientelistas" na área social. Isso é indispensável para reforçar parlamentares e governadores arenistas no espinhoso jogo das eleições mais ou menos livres prometidas para breve. O clientelismo deverá ser azetado, especialmente agora, quando estão de volta dois grandes líderes populistas — Brizola e Arraes — com os quais as massas experimentaram governos a seu favor (R.G. Sul e Pernambuco). É natural, portanto, que os cuidados do governo federal com essas regiões, especialmente com o nordeste, deverão ser redobrados. Assim, é possível que os programas com gastos sociais se incrementem, mas obedecendo a outras razões que não a de dinamizar a indústria, embora eles possam contribuir também para isso.

Mas como é fácil perceber, não é nesse terreno que a oposição deve definir suas propostas para a superação da atual conjuntura. Ao contrário, devemos redobrar nossa desconfiança e fiscalizar esse tipo de programas que o governo deverá pôr em prática, pois não só permitirão maior aceitação dos políticos "governistas" (incluindo alguns do MDB) entre os pobres — pois ninguém recebe mal o trem pagador — como ajudarão a dividir os oprimidos, uma vez que nem todos estarão incluídos neste tipo de programa. Por isso, olho no Andreazza!

De outro lado, do ponto de vista daqueles que constituem o tronco da oposição — os trabalhadores assalariados — qualquer proposta no plano da política econômica

passa necessariamente pelo equacionamento da política salarial. Isto é, o problema de reativar o desenvolvimento capitalista, é um problema da burguesia. Não foi por outra razão que Simonsen, sem estar resfriado, espirrou, dando lugar a Delfim, cujas propostas se ajustavam melhor aos interesses dos setores mais poderosos da burguesia. Embora interesse aos trabalhadores o crescimento e não a recessão capitalista, o seu problema central é como evitar que a solução anti-recessiva proposta pelo governo dos patrões, signifique descarregar sobre seus ombros o peso da recuperação. Se aos trabalhadores não interessa a recessão, menos ainda interessa a repetição do "milagre", principalmente quando o santo milagreiro é o mesmo de 1967 e 1973...

Evidentemente, as coisas se complicariam para o coordenador da política econômica se, além de ter de conciliar os interesses de industriais, comerciantes, latifundiários e banqueiros (ou seja, o conjunto dos seus conselheiros naturais), foi obrigado a incluir mais um parceiro na mesa: os trabalhadores, trazendo pendurada no cinturão uma proposta de política salarial. Ou melhor, os trabalhadores e a oposição munidos com o seu "pacote", incluindo desde a reformulação do direito de greve até a concessão de reajustes trimestrais de salários, para todos os assalariados, com base nos índices do DIEESE (por via das dúvidas...). As coisas realmente se complicariam. Mas os ministros lá estão para resolver problemas intrincados. Inclusive, alguns economistas da oposição — se nada me-

lhor tivessem a fazer — poderiam ajudá-los, com sugestões ou conselhos, nessa árdua tarefa...

Nessa altura do campeonato, alguém poderia desenterrar um antigo argumento, dizendo que essa proposta "radicaliza" demasiadamente, que é aventureira, ou sectária, ou obreirista, que exclui a possibilidade de alianças com setores liberais e do empresariado progressista etc. Outros, do lado de lá da muralha, fardados ou não, mas francos e decididos, ameaçariam (se é que já não estão ameaçando) com o desemprego e com o emprego das baionetas, insinuando: "Da 'disciplina' dos trabalhadores depende a continuidade do processo de abertura".

A proposta original do ministro do Trabalho — de reajustar salários, trimestralmente, de acordo com o aumento do custo de vida, até um teto de 30 salários mínimos (ou seja pouquíssimos assalariados ficariam de fora) — é um bom exemplo. Se algum líder da oposição — sindicalista ou parlamentar, economista ou sociólogo — arrebatasse essa bandeira das mãos do ministro, dando-lhe um contorno próprio, (na questão de que índice a utilizar para o reajuste por exemplo) mas sem modificá-la no essencial, ninguém poderia batizá-lo de aventureiro (pelo lado de cá) ou "subversivo" (pelo lado de lá). E, na verdade, estaria levantando uma questão de enorme importância para o conjunto dos trabalhadores e contaria certamente com o apoio de todos os assalariados. Seria uma proposta unitária por excelência, e contribuiria para reforçar a unidade da oposição. Nesse meio tempo, caiu o Simonsen, e o novo ministro do Planeja-

mento exigiu que a questão fosse rediscutida. E a proposta começou a sofrer "emendas" e "substituições". De um teto de trinta, se passou para vinte e depois para cinco salários mínimos; o reajuste trimestral, deu lugar ao semestral; a aplicação imediata abriu caminho para "efetivação no ano que vem" e os índices, os números, ninguém sabe ao certo como serão utilizados.

É divertido imaginar como os ministros do Trabalho e do Planejamento estiveram dando-se caneladas por debaixo da mesa, num ambiente de aparente tranquilidade. É possível, inclusive, que durante essas negociações a permanência de Murillo Macedo no Ministério tenha periclitado. Mas o resultado é que o ministro Delfim ganhou tempo e, certamente, transformou a proposta de Murillo Macedo, em detrimento dos trabalhadores assalariados. O projeto do governo ainda não saiu, mas o parto é iminente. No entanto, toda a discussão se processou às costas do movimento sindical e na terrível ausência de qualquer forma de oposição parlamentar organizada, salvo algumas honrosas exceções. Na verdade, essa primeira batalha já está perdida. Mas a guerra ainda não. Não seria oportuno que dessa vez a oposição arrancasse das mãos dos patrões (aproveitando a "mancada" do ministro do Trabalho) essa bandeira, somando-a às que já estão sendo desfraldadas pelos sindicalistas, como a unificação das campanhas salariais e a construção de uma Central Única de Trabalhadores? Ainda é tempo... (P. Sandroni)



Expansão capitalista é problema da burguesia

Mulher metalúrgica

Vai começar o I Congresso em São Paulo

O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo começa no dia 31, sexta-feira. Nesta página, a trabalhadora na CLT e no novo projeto do governo, relatos de metalúrgicas e exemplos das discriminações a que são submetidas

Por Elisabete Souza Lobo, Antonina Silveira e Rosa Moisés

As principais reivindicações das metalúrgicas tratam da igualdade salarial, da melhoria das condições de trabalho, de creches e do direito ao exercício profissional. Além disso, de uma maior participação sindical e política da mulher metalúrgica.

As organizadoras do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo estão até aqui de tarefas. E, ainda por cima, enfrentando a repressão dos órgãos de segurança e as perseguições dos patrões nas portas das fábricas.

Para boicotar o Congresso, que começa na sexta-feira e só termina no domingo, os patrões estão com várias tramadas. Os da Sami programaram uma churrascada gratuita no domingo. Os da Matarazzo, uma viagem para os funcionários durante o fim de semana. Já outros convocaram as operárias para as tradicionais horas-extras nos dias do Congresso.

Debaixo do Estado, do pai do marido e do patrão.

Sem consultar as trabalhadoras, o governo tirou do bolso uma nova regulamentação para o trabalho da mulher. No projeto da CLT, a alteração principal é a que diz respeito ao trabalho noturno das mulheres utilizando o princípio correto de igualar homens e mulheres no mercado de trabalho e abolir o protecionismo que terminava em desvantagem para as trabalhadoras, o governo agora vai permitir que as mulheres trabalhem à noite para atender a "interesse nacional relevante", isto é, para que as empresas possam cumprir contratos de exportação. Novidade que data de 1967, quando foi introduzida para a indústria do couro e que agora vai beneficiar outros setores.

Assim, fica decretada a "igualdade" entre homens e mulheres. Mas os problemas específicos das mulheres que trabalham é claro, ficam de lado. Não há nenhuma melhoria no que diz respeito às creches, à proteção à maternidade, às condições de trabalho na fábrica e às condições de saúde.

Sobre isso, as próprias metalúrgicas de São Paulo falam:

Creches na fábrica e para todas as idades

Arleide é metalúrgica há 5 anos. Seu filho, Alexandre, de um ano, nunca teve uma creche. Fica com a avó, vizinhas, amigas. Arleide sai às 5 horas da manhã de casa e volta às 8 da noite. Grávida, trabalhou até 8 meses e meio, carregando barras de ferro que apoiava na barriga. Deixou o trabalho para cuidar do filho e quando voltou a procurar emprego escondia que tinha filho até passar o período de experiência. Na fábrica, diz ela, há muita mãe solteira morando em pensão que não aceita crianças e todas têm o mesmo problema: querem creches na fábrica para crianças de todas as idades. Os horários das creches tem que ser os de trabalho: nenhuma creche de bairro abre às 5 da manhã. E precisam de transporte para levarem as crianças porque "senão não dá".

"Se o trabalho noturno passar, a gente trabalha porque precisa".

Lúcia, aos 12 anos operária na confecção, aos 24, metalúrgica desempregada, trabalhava das 5 h da manhã às 2 da tarde. Às 3 da madrugada já dormia e terminava o dia. Para fazer trabalho sindical não dormia: emendava reuniões com trabalho porque, se dormisse, não conseguiria mais acordar. Diz que cada vez mais se vê mulheres trabalhando à noite. Para ela, é claro que as empresas vão substituir os homens pelas mulheres no trabalho noturno, porque elas coagidas pela falta de trabalho, vão aceitar salários inferiores.

"Mulher faz trabalho especializado mas ganha como ajudante"

A grande maioria das metalúrgicas são ajudan-

tes gerais. O acesso às escolas profissionais é difícil, muitas vezes impossível.

Inácia tem 5 filhos e quer trabalhar em eletrônica mas como só tem o primário não é aceita nas escolas profissionais públicas. Lurdinha é a única mulher entre 400 homens no SENAI da Móoca. Cida já trabalhou na prensa, como ferramenteira, mas sempre com salário de ajudante.

Além do trabalho produtivo, muitas vezes as operárias fazem "trabalho de mulher", varrem o chão, limpam banheiro. "A gente é educada para servir", diz Lúcia. "Passa da casa para a fábrica, obedece o pai, o marido, o patrão. O chefe chama a gente de vaca, vagabunda, e a gente baixa a cabeça e chora".

O medo que não é só do patrão

Os problemas das trabalhadoras, contudo, não se resumem aos patrões. Na maioria das vezes, os próprios maridos, pais e namorados hesitam em aceitar uma atitude diferente por parte das mulheres, quando estas abandonam sua submissão secular, passam a discutir seus problemas como trabalhadoras, e percebem a necessidade de se organizar. Para estas, as dificuldades de atuação são inúmeras, a tarefa é dupla: convencer o grupo familiar de que a mulher é uma aliada na luta da classe trabalhadora e encontrar formas de difundir a luta entre as companheiras. «O marido não entende, mesmo os que têm uma certa consciência, ele fica inseguro, tem medo da mulher começar a entender mais do que ele, isso é um perigo para o machismo dele, a insegurança de que ela encontre outro melhor do que ele», diz Lúcia.

É preciso participar

As metalúrgicas se dão conta de que não são só os homens que precisam se organizar. Participar quer dizer para elas discutir seus problemas específicos mas também integrar a luta do conjunto da classe, vencendo a timidez e o isolamento.

Entre a realidade das metalúrgicas, suas reivindicações e esperanças e a CLT que vem apenas sancionar o autoritarismo e a exploração presentes no cotidiano de cada trabalhadora há um espaço de luta.

A trabalhadora e a legislação

	CLT atual	O projeto do governo
JORNADA DE TRABALHO	8 horas diárias mais 2 horas extras excepcionalmente 12 hs. c/ 25% de aumento salário-hora	a prorrogação da jornada de trabalho depende de atestado médico
TRABALHO NOTURNO NA INDUSTRIA	é limitado às indústrias de produtos perecíveis e manufaturas de couro que mantenham contratos de exportação (modificação introduzida em 1967)	é permitido sempre que atenda a «interesse nacional relevante», ouvidos os sindicatos de empregadores, sob apresentação de atestado médico.
CONDIÇÕES DE TRABALHO	proíbe o trabalho na mineração, atividades perigosas ou insalubres deve atender a condições mínimas de saúde, higiene. limita o emprego da mulher a atividades que exijam força muscular superior a 20 kg no trabalho continuado e 25 kg no trabalho ocasional.	nenhuma modificação
PROTEÇÃO À MATERNIDADE	licença de 4 semanas antes do parto e 8 depois, com possibilidade de mais 2 em casos excepcionais garante salário-maternidade integral permite a ruptura de contrato se o trabalho for prejudicial à saúde da gestante prevê 2 semanas de repouso em caso de aborto necessário prevê 2 descansos de meia hora cada para amamentar o filho até 6 meses, prorrogáveis prevê creches-berçários nas fábricas com mais de 30 mulheres de mais de 16, anos, ou subvenção de creches distritais os berçários devem ter saletas, cozinha dietética e instalação sanitária.	nenhuma modificação nenhuma modificação nenhuma modificação prevê creches e berçários nas fábricas com mais de 30 mulheres entre 16 e 40 anos, ou subvenção de creches distritais assegura o emprego até o fim do período de pagamento do salário maternidade.

Enfrentando as condições de trabalho

Os metalúrgicos, a mais poderosa categoria de operários do Estado de São Paulo, conta com fraca ou quase nula participação de mulheres na vida política e sindical. Somente nesse Estado, elas são aproximadamente 45.000 operárias, quase 1/5 da categoria, das quais apenas 5.800 são sindicalizadas.

O papel, secundário e subalterno, que lhes é socialmente destinado impõe-se como um dos principais entraves à sua participação. Entretanto, os anos mais recentes viram a emergência da mulher no cenário das lutas reivindicativas, nos bairros, nas escolas, nas fábricas. A mulher metalúrgica não foi exceção. Sua atuação nas greves de 78 marca o início de um processo que dá ainda seus primeiros passos.

Como, por exemplo, estes dias importantes momentos que marcam a atuação das metalúrgicas do Estado de São Paulo. O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, onde algumas importantes constatações a respeito das condições de trabalho da mulher foram feitas, e o Congresso Nacional dos Metalúrgicos, onde as reivindicações de São Bernardo foram reformadas e ampliadas. Eis algumas delas extraídas de dados elaborados pelo Dieese relativos aos anos de 1970 a 1975, para o primeiro congresso de São Bernardo:

Entre 1970 e 1975 diminui a proporção de homens que ganham até

dois salários mínimos, especialmente na faixa de 25 e 49 anos, enquanto cresce essa proporção em relação às mulheres, mais acen-

tualmente na faixa de 25 a 29 anos.

E acentuadamente maior o número de mulheres que possuem

primário, ginásial e colegial completos, ocupando as mesmas funções de homens com grau de escolaridade inferior.

HOMENS E MULHERES METALÚRGICOS GANHANDO ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS:		
	Homens	Mulheres
Primário completo	50,8	84,2
Ginásio completo	30,4	52,0
Colégio completo	9,5	27,1

AS EMPRESAS METALÚRGICAS PAGAM MENOS ÀS MULHERES	
Media Salarial	
Homens	3.864,00
Mulheres	5.600,00
	3.466,00

SETORES QUE MAIS EMPREGAM MULHERES PROPORCIONALMENTE AOS HOMENS					
Material Elétrico		Mecânica		Oficinas	
1 Mulher 4 Homens		1 Mulher 7 homens		1 Mulher 9 Homens	
Automobilística			Metalúrgica		
1 Mulher 13 Homens			1 Mulher 15 Homens		
SETORES QUE PAGAM MENOS ÀS MULHERES					
Material Elétrico			Oficinas		
Salários	Homens	Mulheres	Salários	Homens	Mulheres
Acima de 3.721,00	36,15	8,61	acima de 3.721,00	42,23	29,10
abaixo de 3.721,00	63,85	91,40	abaixo de 3.721,00	57,76	71,79
Metalúrgica					
Salários	Homens	Mulheres	Pelo estudo conclui-se que cresce o número de mulheres empregadas, mas quem em compensação, o trabalho da mulher significa salários mais baixos. No entanto, não são apenas as mulheres que		
acima de 3.721,00	58,68	43,81	sofrem as consequências dessa redução salarial. Os homens as sofrem na medida em que tendem a ser substituídos por elas ou a terem seus salários reduzidos.		
abaixo de 3.721,00	41,31	56,19			

Campanhas salariais unificadas

Uma primavera quente para Figueiredo

A campanha dos metalúrgicos começou fria, mas deve esquentar nas próximas semanas, à medida em que dois milhões de trabalhadores paulistas, unificados, preparem sua resposta coletiva à crise econômica (Por Tom Duarte)

Pouco mais de mil trabalhadores estiveram presentes à sede dos Metalúrgicos de São Paulo, na rua do Carmo, localizada na parte velha da capital, participando da assembleia que inaugurou a campanha salarial de 1979, na sexta, dia 24. Número reduzido, se comparado ao próprio quadro social do sindicato (60 mil associados, numa categoria de 350 mil trabalhadores) ou às assembleias-monstro, que chegaram a reunir até 30 mil operários, durante a greve geral, deflagrada em conjunto com Osasco e Guarulhos, no ano passado, o pequeno comparecimento talvez ainda seja resíduo da derrota imposta pelo pelego Joaquim Andrade (ver entrevista da Oposição Sindical).

Nesse "ponta-pé" inicial, pouca coisa foi tirada de concreto. Decidiu-se formar uma Comissão de Mobilização, encarregada de organizar as discussões nas quatro regiões em que foi dividida a cidade (Norte, Sul, Leste e Oeste), e elaborar a pauta de reivindicações que a categoria apresentará ao Grupo 14, da FIESP (Federação das Indústrias) que coordena os empresários do setor. Essa pauta, deverá ser aprovada na próxima assembleia geral, marcada para o dia 16 de setembro, domingo, no velho Cine Piratininga, no Brás. Nessa ocasião, caso venha a ser aprovada a proposta da Oposição Sindical Metalúrgica, deverá ser constituído o Comando Geral de Luta, formado por representantes dos Comandos formados nas quatro regiões, única forma de impedir que direção pelega do Sindicato, conduza sozinha a campanha.

Unificação das campanhas

cerca de 200 trabalhadores participavam, em Osasco, de assembleia semelhante, retirando praticamente as mesmas decisões (exceto a data da nova assembleia, prevista para o dia 14 de setembro). Pouco entusiasmadora, ela talvez também sirva para induzir à idéia de que a campanha dos metalúrgicos, neste ano, seja um fracasso. Entretanto, de acordo com a maioria das divisões, é provável que adquira um significativo dinamismo nos próximos dias. Autoriza a essa expectativa, o quadro político do país, que apesar do recrudescimento da investida repressiva do governo (Em Tempo nº 78) é certamente favorável aos trabalhadores, influenciados positivamente, por um lado, pelo surto grevista que ocorreu no Rio Grande do Sul e Minas Gerais principalmente, e por outro, pela crescente deterioração de suas condições de vida e pela maior politização existente hoje.

Além disso, a campanha dos metalúrgicos não se dará isoladamente, como nos anos anteriores. Contraopondo-se à divisão das datas de reajuste astutamente praticada pelo governo, os trabalhadores parecem dispostos a partir para a unificação de suas campanhas, única forma de enfrentarem em melhores condições o patronato, forte e poderoso, amparado num governo de força.

Trinta e dois sindicatos, representando nominalmente um pouco menos de dois milhões de trabalhadores, resolveram assumir sete pontos mínimos de unidade: 50 por cento de reajuste, mais um fixo de Cr\$ 3 mil, piso salarial de Cr\$ 7.200,00, garantia no emprego desde o primeiro dia de trabalho, estabilidade para as comissões e delegados sindicais eleitos pela base, nas fábricas, unificação das datas-base, semana de 40 horas, sem redução dos salários e salário igual para os substitutos.

Respostas aos patrões

Essa proposta, como advertiu o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, e um dos principais articuladores da chamada "unidade sindical", tem o valor meramente indicativo. Quem deverá decidir sobre o elenco de reivindicações serão os próprios trabalhadores, em assembleia geral de cada categoria.

Ele não descarta, porém, a possibilidade de que seja convocada uma assembleia-monstro, no Estádio do Pacaembu, reunindo todas as categorias envolvidas na campanha (ver relação) como foi sugerida pela Oposição Sindical, em São Paulo. Para ele, tudo dependeria do desenvolvimento do trabalho de organização e da mobilização dos trabalhadores. Se da forma como foi decretada "unidade sindical" mereceu críticas dos operários mais combativos, — articulada pela cúpula dos Sindicatos — ela não deixa de se constituir numa importante resposta dos trabalhadores à crise econômica, ao desemprego, ao recrudescimento da inflação e elevação acelerada do custo de vida, caso venha a contar com o efetivo respaldo da base. Uma resposta bem distinta daquela ensaiada e adiantada por certos setores da intelectualidade dita progressista, incansáveis na busca de paliativos para os problemas atuais e inclinados, mais uma vez, a ajudar a burguesia a gerir a crise, mesmo que isso signifique jogar o seu custo em cima dos trabalhadores (leia o artigo "Os Conselheiros do Príncipe", na página 6).

Ao mesmo tempo, a unificação das campanhas expressa, objetivamente, os primeiros passos na construção de um organismo de direção centralizada, vale dizer, uma Central Unida dos Trabalhadores (CUT), embora inviável e indesejável, enquanto for encaminhada basicamente pelo alto e

perdurar a estrutura sindical atual, assim como o direito de greve, essa articulação inter-sindical apresenta um golpe a mais nessa combatividade e obsoleta estrutura.

A mobilização operária em São Paulo — o pólo político mais importante do país, a partir deste mês, pode representar um complicador a mais para os estrategistas do Planalto. Nem o clima ameno, próprio da estação das flores, evitará que esta seja uma primavera quente para Figueiredo.

o Perto de dois milhões de trabalhadores têm seus dissídios marcados para o próximo semestre. Em agosto, começou com o setor de alimentação (110 mil trabalhadores), bancários (140 mil) e Petroleiros (40 mil, em setembro), papel de papelão (60 mil), em outubro.

o Novembro, reúne o contingente mais numeroso: gráficos (42 mil), metalúrgicos de SP, Osasco, Guarulhos (400 mil), químicos (60 mil), têxteis (240 mil), e comerciários, da capital e interior (560 mil).

o Em dezembro, é a vez dos padeiros (60 mil), marceneiros (20 mil), químicos farmacêuticos da capital (20 mil), vidreiros (22.500), hoteleiros, restaurantes e similares (100 mil).

Oposição Sindical Metalúrgica Não deixar que o pelego dirija a luta

Franco, Hélio e Silva, da Oposição Sindical Metalúrgica, juntamente com Adalberto, outro Operário de oposição, falam ao EM TEMPO sobre as lutas dos trabalhadores, contra os patrões, o governo e o pelegos.

Como vocês vêem a campanha dos metalúrgicos de São Paulo e o quadro político atual, onde uma série de categorias importantes (bancários, têxteis, petroleiros) também entra em campanha, mobilizando mais de um milhão de trabalhadores só em São Paulo?

Franco - Vemos duas questões principais: a primeira é a desmoralização da ditadura, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico, isto é, uma crise total, onde a economia, começa a sofrer sérios problemas. Do outro lado, um avanço muito grande das lutas dos trabalhadores, no sentido de recuperar sua liberdade política e, também, de recuperar tudo aquilo que foi roubado nos últimos anos. É importante destacar o seguinte: nota-se, por parte do governo a intenção de, pelo menos aparentemente, reformular o modelo, ou seja, não está acontecendo na prática, tanto que os sindicatos continuam sendo controlados, as prisões de dirigentes sindicais e trabalhadores grevistas continuam acontecendo. A campanha dos metalúrgicos tem que levar em conta estes dois aspectos, perceber que a atitude do governo é uma tentativa de preservar seu domínio perante a sociedade.

Outro problema que a gente considera fundamental é o econômico: quais as mudanças que o governo está propondo? Primeiro, volta para o Ministério geral de Planejamento, o Delfim Neto, já conhecido pela classe operária como o maior fraudador de índices que já houve na história do movimento operário. Outra questão é a dos aumentos semestrais: o problema, prá nós, não é aumento semanal, mensal ou anual; o problema é quem decreta os índices, de que forma decretar os índices. Então, o governo, ao mesmo tempo em que o aparentemente dá essas aberturas, controla-as completamente. Prá nós, trabalhadores, é fundamental termos uma participação na elaboração desses índices, coisa que a gente nunca teve até hoje. Então, é extremamente importante iniciar esta campanha tendo essa visão, de que é impossível que o governo resolva os problemas econômicos e políticos da população brasileira. Só a partir da nossa organização, da nossa luta e, principalmente, da unificação do movimento operário, coisa que ainda não se está dando; uma das princi-

pais questões da nossa campanha, então, é conseguir que a luta não seja só dos metalúrgicos, mas também dos têxteis, químicos e outras categorias que tenham reajuste neste período.

Adalberto - Eu acho difícil sair um movimento grevista dos metalúrgicos de São Paulo, hoje, bem mais difícil que no ABC ou em Minas. Se sair uma greve dirigida pela diretoria do Sindicato, eu não tenho dúvida nenhuma de que a greve vai ser derrotada, não só porque o pelego vai trair, mas também porque a categoria não vai assumir. Parariam algumas fábricas, mas isso não seria suficiente para impedir uma derrota total. Eu acho que a oposição precisa se preocupar com essas questões. Tirar uma greve simplesmente em função de que o Sindicato venha a assumir, eu acho que é melhor não tirar. Agora, a minha grande preocupação é que eu acho que as oposições também não estão preparadas para assumir esta greve. Se as oposições, em função da sua fragmentação, endossarem uma greve tirada pelo Sindicato, vai ser um caso a nível de oposições. Se as oposições não se solidificarem, não se unificarem - não a nível de estrutura, mas a nível da luta geral da categoria. Eu não estou a fim de unificar com diretoria ou com proposta de quem quer que seja. A minha unificação é a nível da luta geral da categoria. Ela não é em cima da diretoria, que não tem, inclusive, condições de levar essa luta. Quem tem condição é a Oposição - as oposições - junto com lideranças espontâneas dessa greve.

ET - Como vocês vêem o âmbito da massa hoje para uma greve, a partir da própria experiência do ano passado?

Franco - Eu acho que há duas coisas distintas. Uma, que dentro das fábricas continua em desconhecimento muito grande, tanto que as greves se expandem a nível nacional (Minas, Bahia, Rio Grande do Sul). Isso é um aspecto importante. Agora, o outro ponto é a decepção causada pelo encampanamento incorreto de algumas lutas, particularmente em São Paulo e, depois, no ABC. Sobre isso, nossa posição é de que há uma apatia, dentro da categoria, para assumir uma luta neste momento. Não que os trabalhadores estejam contentes.

ET - E quais são as formas de organização que estão sendo efetivadas na campanha?

Silva - A organização deve vir a partir de Comandos Regionais, com representantes das diversas fábricas; esses Comandos Regionais formam um Comando Geral de Luta, que pode ser a greve ou alguma outra luta que venha a se desenvolver. A participação da categoria nesses Comandos depende da decisão das assembleias, desde as assembleias regionais até a assembleia geral da categoria. Nós aprovamos na sexta, uma Comissão de mobilização, que tem tarefa inclusive de acompanhar a própria diretoria, prá que se cumpram efetivamente as decisões da assembleia. Mas eu

ainda considero isso insuficiente; a gente vai ter que colocar a questão de Comitês de Apoio à Greve, incluindo outras categorias, aqueles setores que realmente se comprometem com a luta, que não tenham medo de um fechamento da ditadura. Isso realmente vai ser um ponto decisivo no desenvolvimento da greve. Ai a gente vai se apresentar perante a categoria com organização. Enquanto os trabalhadores não perceberem uma direção alternativa, não vão se comprometer.

Helio - Eu gostaria de voltar a um ponto anterior, que é o problema da organização por empresa. A maioria das lutas que vêm ocorrendo surgem de explosões massivas, assembleias, mas, se num primeiro momento, isso é suficiente, o que sustenta uma greve é a organização. Nesse sentido, a gente precisa rearticlar as Comissões e os grupos de fábrica.

ET - E o Fundo de Greve?

Franco - Nossa posição é que o Sindicato, enquanto organização dos trabalhadores, assumo o Fundo de Greve, não como um Fundo-desemprego, mas como meio de luta dos trabalhadores. Houve uma experiência em Divinópolis, com o Sindicato utilizando seus fundos para sustentar uma greve. O trabalhador já contribui com o Sindicato através do imposto sindical, da contribuição sindical na época do dissídio, então o Sindicato tem que empregar esses fundos nos momentos de luta. Isso tem que ser levantado. E lógico que o Governo vai intervir, mas é preciso que esse Sindicato ponha a nu todas as suas contradições e todas suas limitações. A gente tem que apoiar a iniciativa do Sindicato e levar essa discussão.

ET - E qual o tipo de reivindicação que vocês teriam para essa luta?

Silva - A gente resolveu definir as reivindicações a partir de uma pesquisa, que a gente vá passando nas fábricas. Na próxima assembleia, a gente já vai ter o resultado da pesquisa.

Franco - É importante destacar coisas que já estão surgindo: estabilidade no emprego, comissões de fábrica, 40 horas semanais... A questão do índice ainda não está definida. Mas eu acho que não deve ser de menos de 90% prá lá. E pelo menos Cr\$ 7.000,00 de piso salarial.

A Companhia Mineração Morro Velho, em Nova Lima (MG), é responsável por 70% da produção oficial de ouro no país, extraído das minas Velha, Grande, Bicalho, Faria, Raposos, Bela Fama, Cuiabá e Esperança, que rendem à empresa 450 quilos de ouro por mês. A cotação internacional da onça de ouro (28 gramas) na Bolsa de Londres é de 312 dólares. Um quilo de ouro tem 35 onças e vale atualmente 10.920 dólares. Por mês, a Morro Velho fatura só em ouro 4.914.000 dólares ou 137.592.000 de cruzeiros.

Os operários asseguram que a Morro Velho produz prata à base de 1/2 por 1, isto é, 1/2 quilo de prata por cada quilo de ouro, extraídos no subsolo do segundo maior latifúndio mineiro do mundo (o primeiro é a Jari Florestal) que abrange áreas dos municípios de Nova Lima, Sabará, Raposos, Rio Acima, Conselheiro Lafaiete, Brumadinho, Itabirito e Santa Bárbara, onde há ferro e manganês abundante, além de amianto, bauxita e calcário.

Em 1834, os ingleses fundaram em Nova Lima a Saint John Del Rey Mining Company, que utilizou o trabalho escravo para arrancar ouro da Serra do Curral Del Rey. Em 1958, os ingleses venderam o controle acionário da Saint John para o grupo norte-americano Hanna Mining Corporation, que mudou o nome da empresa para Brazilian Gold Mining Company. De 1960 a 1971, o grupo brasileiro Mineração Morro Velho, do banqueiro Walter Moreira Salles, assumiu o controle de 75% das ações da empresa.

No entanto, em 1971, a multinacional Anglo American, da África do Sul, pertencente ao norte-americano Harry Oppenheimer (a Anglo controla 80% do comércio mundial de diamantes e mais da metade da produção de ouro e outros metais preciosos no mundo) adquire 49% das ações da Brazilian Gold-Mineração Morro Velho S/A, por 50 milhões de dólares. A Anglo vem atuando no Brasil desde 1969, quando fez investimentos em pesquisas minerais. Ela detém 40% das ações da Unigo Mineração (o Grupo Azevedo Antunes tem os outros 60%) e a propriedade da Mineração Jacobina, na Bahia (segunda jazida de ouro conhecida no país), além de 51% das ações da Mineração Cupixi.

A Morro Velho emprega 4.200 mineiros, dos quais 3 mil são braçais que ganham o salário de 2.400 cruzeiros. O salário médio do mineiro da Morro Velho é de 3 mil cruzeiros. Considerando o

pagamento do adicional de insalubridade e as obrigações trabalhistas em geral, a Mineração Morro Velho paga uma folha de salários da ordem de 21 milhões de cruzeiros para os mineiros. A burocracia mantém 200 funcionários com salário médio de 4 mil. Calculando por cima o salário médio de engenheiro (são 60 aproximadamente) em 100 mil, a Mineração Morro Velho paga por mês uma folha de salários que não alcança 30 milhões de cruzeiros, valor facilmente coberto pela produção mensal de prata.

E por essa razão que a Mineração Morro Velho,

prevendo a deflagração da greve, adotou a tática de "lock-out", a greve patronal, cercando as entradas das minas com cordões de policiais militares armados de fuzil e metralhadora para impedirem a entrada de operários nos locais de trabalho. Na segunda-feira, dia 13 de agosto, o primeiro da greve, a Polícia Militar retirou os mineiros das galerias para forçar a greve total.

Enquanto isso, na Bolsa de Londres, a cotação do ouro subiu, e, em Nova Lima, após a decretação da ilegalidade da greve, os patrões se prepararam para dividir os grevistas, pagando aos encarregados

e maquinistas os 12 mil e 10 mil mensais que eles reivindicavam, e deixando a grande massa de braçais na mão, como aconteceu no fim da greve de construção civil, em Belo Horizonte.

Mas a manobra falhou numa parte: os patrões não acreditavam que a greve fosse para valer. Ela veio para ficar e já dura 17 dias. Contudo, a brecha para a ação divisivista dos patrões está aberta, uma vez que os mineiros deixaram a convocação das assembleias inteiramente nas mãos do sindicato, enquanto a Comissão de Greve começa a perder força.

A cronologia da greve

1º de agosto (4ª feira) - Cem maquinistas - mineiros que trabalham com a metralha elétrica, nas galerias subterrâneas - iniciam espontaneamente um movimento reivindicatório na Empresa Morro Velho, onde estão as minas Grande e Velha. Ganhando um salário de 4.150 cruzeiros por mês, eles exigem um aumento para 10 mil cruzeiros. Então, o presidente do sindicato, Raimundo Gomes da Silva, entra em contato com a empresa: "Nem um centavo de aumento", respondem os patrões, informando que o pagamento seria no dia 10.

10 de agosto (6ª feira) - Com o pagamento, os mineiros recebem uma antecipação de 15 por cento, primeira parcela do abono de 25 por cento conseguido na campanha salarial de maio/junho. Naquela ocasião, exigia-se 70 por cento de aumento. Mas a direção do sindicato e a Comissão de Empregados defenderam a contraproposta da empresa: antecipação de 25 por cento - dos quais 15 por cento a 1º de agosto e 10 por cento a 1º de outubro. Ao receberem a primeira antecipação, ainda informados com a aceitação da contraproposta, os mineiros decidem entrar em greve, na segunda-feira.

12 de agosto (domingo) - Desde às 18 horas, o destacamento de 10 elementos da Polícia Militar do local é reforçado pela presença de mais 250 soldados, armados de metralhadoras, fuzis e bombas de gás. Os portões de acesso às minas são ocupados pelos policiais militares, formando cordões de isolamento pelo lado interno das entradas. Estava tudo preparado para a guerra.

13 de agosto (2ª feira) - Um piquete de greve, organizado desde às 6 horas, paralisa a produção de ouro e prata na Mina Bela Fama, próximo a Nova Lima. Outro grupo, com cerca de 30 trabalhadores, vai ao sindicato falar com o presidente Raimundo Gomes da Silva. "Se houver greve eu renuncio", ameaça Raimundo, impedindo de deixar o sindicato pelo grupo de mineiros. Assim, é possível articular uma reunião entre a direção do sindicato, uma comissão de seis mineiros e a empresa Morro Velho, para aquela mesma noite. Após 20 minutos, é encerrado o encontro: a empresa recusa-se a negociar, depois de ler decidido, durante o dia, retirar os trabalhadores das minas - o "lock-out" patronal. Fica, no entanto, marcada uma negociação na Delegacia Regional do Trabalho, quinta-feira.

14 de agosto (3ª feira) - Os soldados já são 800. A prisão de oito trabalhadores, acusados de liderarem o movimento, os grevistas respondem: "Nosso líder é a barriga que tá chutando". E exigem a libertação dos presos, enquanto o presidente do sindicato, enfim, decide

assumir publicamente a greve. Os soldados e a empresa criam um clima de insegurança na cidade, e o comércio parcialmente fechado.

15 de agosto (4ª feira) - Contra a violência policial, os grevistas fazem uma pequena passeata. Um operário acaba no hospital, depois de ser atingido por golpes de cassetete e gás lacrimogênico. Pelo segundo dia, continua em vigor a Lei Seca em Nova Lima - forma utilizada para tentar indispor os comerciantes com os grevistas.

16 de agosto (5ª feira) - Pela manhã são libertados cinco trabalhadores, e, à tarde, os outros três. Na DRT, a empresa mantém sua decisão de "não ceder um centavo". Então, os mineiros preparam-se para uma greve longa e a Polícia Militar começa a atacar os piquetes, além de ir buscar os trabalhadores em suas casas, obrigado-os a trabalhar.

17 de agosto (6ª feira) - A greve continua, e os trabalhadores conseguem vender fiado por 90 dias.

18 de agosto (sábado) - É realizada, às 18 horas a primeira assembleia, desde o mês de junho. Os 4.200 operários decidem, por unanimidade, continuar em greve.

20 de agosto (2ª feira) - Apenas 50 trabalhadores (um por cento do total) foram a greve, enquanto os 200 funcionários burocráticos da empresa decidem também parar.

Os bancários, por outro lado, apreensivos, nada podiam fazer a não ser observar atentamente a movimentação dos vigilantes, que tinha assumido seus próprios rumos.

No mesmo dia, numa assembleia inflamada, cerca de 3 mil vigilantes decretariam a greve. Já nas primeiras horas da madrugada começaram ocorrer prisões de grevistas, que em grupos percorriam a cidade para avisar os companheiros.

Na manhã de terça-feira, aconteceriam novas prisões, até mesmo na Igreja Nossa Senhora da Paz, onde os vigilantes estavam concentrados. As prisões chegaram a mais de cem, inclusive de participantes do Comando e de dois diretores do Sindicato dos Bancários, Luis Gushiken e Edson Barbeiro dos Santos. No mesmo dia à tarde, todos os vigilantes presos haviam sido libertados, menos os dois bancários, que seriam soltos no começo da noite.

Comando não consegue segurar a greve

Comando não consegue segurar a greve

As 16 horas, os vigilantes realizaram uma assembleia com mais de quatro mil participantes. O Comando de Greve então apresentou a contraproposta negociada durante o dia no DRT. Segundo ela, os vigilantes deveriam voltar ao trabalho imediatamente, a Comissão de Greve seria reconhecida como representante da categoria e teria garantida a sua estabilidade, enquanto seriam negociados os termos de um acordo salarial entre os vigilantes e a Abrevi (Associação Brasileira das Empresas de Vigilância) representando os patrões. Embora o Comando de Greve estivesse convencido da validade da proposta, os vigilantes presentes não admitiam em hipótese alguma voltar ao trabalho sem garantias mais concretas de uma vitória. Entre cenas de tumulto, o Comando em vários momentos perdeu todo o controle sobre a massa e viu sua liderança ameaçada, resolvendo então assumir a decisão da assembleia e dar continuidade ao movimento grevista, embora a categoria esteja bastante desorganizada e os riscos de uma derrota sejam grandes, agravados pelo fato de não contarem com um sindicato que coordene a greve. Os vigilantes tem a seu favor uma extrema combatividade que permitiu os avanços do movimento.

A revolta dos vigilantes

Os 40 mil vigilantes de São Paulo, mesmo sem um sindicato que centralizasse suas lutas, deflagraram uma greve onde o espontaneísmo e a combatividade foram as principais características

por R. Fracalossi



Vigilantes em assembleia: aumento de 100% ou greve



Política, o prato contra a carestia.

Nem mesmo a intensa e fria chuva que caiu em São Paulo durante quase toda a tarde de domingo, dia 26, conseguiu arrefecer o ânimo das quase sete mil pessoas que compareceram à comemoração do "Dia Nacional de Luta Contra a Carestia", realizada na Praça da Sé. Alternando palavras de ordem como "um, dois, três, Delfim no xadrez", abaixo a carestia que a panela está vazia", a "Vida está dura, abaixo a ditadura", o "povo quer a terra, é capaz de ir à guerra", "abaixo o Figueiredo, que o povo não tem medo", ao mesmo tempo em que seguravam estoicamente faixas reivindicando melhores salários, e condições de vida, além da anistia ampla, geral e irrestrita, elas manifestavam seu repúdio ao regime.

Convocada pela coordenação do Movimento Contra a Carestia, a manifestação reuniu moradores dos mais distantes bairros da capital e de cidades do interior do Estado. Embora o número de pessoas presentes tenha diminuído com relação à manifestação do ano passado — quando compareceram perto de 20 mil pessoas — o ato do domingo pode ser considerado como bem mais avançado do que o anterior no que se refere ao caráter eminentemente político da manifestação que deixou, mesmo, num segundo plano, as reivindicações de caráter econômico (abono de emergência de 30%, salário mínimo unificado, congelamento de preços). Diferente, portanto, do que ocorreu em 1978, quando a própria coordenação do movimento se encarregou de limitar ao mais estreito economicismo o seu caráter.

Entretanto, o atraso da coordenação em relação à boa parcela dos manifes-

tantes, transpareceu na sua recusa em assumir a condução de uma passeata, ao final do ato, reproduzindo, portanto, o impasse que já havia ocorrido na fase preparatória à comemoração do dia nacional de luta: enquanto uma ala pretendia realizar uma passeata — uma outra — que acabou prevalecendo — pretendia resumir a concentração. Mas a verdade é que a coordenação foi incapaz de segurar os quase dois mil manifestantes — e não só estudantes como informaram os mal-intencionados — que percorreram, organizadamente, as ruas do centro velho, até desembocar num mini-comício em frente ao prédio do Correio.

Outros estados

O lançamento de um abaixo assinado exigindo o congelamento dos seis gêneros de primeira necessidade (feijão, arroz, óleo, café e leite), além de reajustes salariais acima do custo de vida, foi o ponto principal da concentração em Belo Horizonte, que reuniu 200 pessoas e que, a exemplo de São Paulo, também terminou em passeata.

Em Porto Alegre, embora reduzida, a participação popular foi um pouco maior: 400 pessoas compareceram ao Parque Farrópilha, local onde estava programado o ato de protesto. O ato, segundo um dos oradores, o metalúrgico José Freitas "marca um novo momento na vida da sociedade brasileira, deixamos aquela fase de protesto e passamos para uma luta direta, em todas as categorias trabalhadoras", demonstrando, além disso "que o povo está assumindo a direção de sua própria luta".



Dia Nacional de Luta Contra a Carestia, em São Paulo: «a vida está dura, abaixo a ditadura».

Congresso

Os metalúrgicos de Osasco, como muita gente, vão passar o feriado da semana da pátria em sua colônia de férias, em Caraguatuba. Mas, longe de ficar no bem bom, a moçada vai é trabalhar: é que nos dias 7, 8 e 9 de setembro se realiza o primeiro Congresso promovido pelo Sindicato e que já conta com mais de 200 trabalhadores inscritos. Estrutura e organização sindical, legislação trabalhista, previdência social e economia nacional são os quatro pontos centrais do tema.

Uberaba

A greve chegou ao Triângulo Mineiro, com paralisação de três mil trabalhadores dos canteiros da Vale Fértil — operários, técnicos e engenheiros — no dia 27, segunda-feira. Eles exi-

giam o cumprimento das promessas feitas no início do ano e que previam a concessão de aumento de 40 por cento e melhoria das condições de transportes e trabalho. Para variar, os grevistas receberam, a título de antecipação, a "ração francelino": um bando de mastodontes do 4º Batalhão de Polícia de Uberaba deslocou-se até o lugarejo de Rio Grande, onde está localizada a Vale Fértil, baixando generosamente o cacete, enfrentando a reação dos grevistas. Resultado: três operários (Euripedes, Carlos Rezende, Alberto Cavalheiro e Antonio Rodrigues Casimir) acabaram feridos.

Tecelões

Durou quatro dias a greve dos tecelões de São João Del Rey, em Minas Gerais: iniciada na sexta, 24 a paralisação acabou na terça, 28 com o acordo firmado entre os mil trabalhadore-

ras revoltados com a morte do estivador Wilson Ferraz, esmagado por uma bobina de uma tonelada de papel, quando desembarcava do navio indiano Sakia Rama. E essa morte não foi a primeira, o que atesta as péssimas condições de segurança existentes no porto: no mês de julho, outro trabalhador morreu asfixiado quando descarregava uma remessa de enxofre.

Contraproposta

E os metalúrgicos de Betim não param, mas bem que podem. Isso se a contraproposta patronal não estiver de acordo com que estão exigindo, na atual campanha salarial: reajuste fixo de Cr\$ 4 mil, além do índice do governo, piso salarial de Cr\$ 8 mil, reajustes trimestrais, 240 horas de abono de férias, reconhecimento de comissões e delegados sindicais, semana de 40 horas e retorno de todos os demitidos nos dois últimos anos. No dia 1.º de setembro, eles se reúnem em assembleia geral, para ver o que os patrões têm a dizer.

Juiz de Fora

E a tradição de luta em Juiz de Fora, MG (o piquetão até parece boletim mineiro) continua acesa: três mil metalúrgicos da FACIT, Becton Dickson e outras fábricas menores realizaram uma greve que durou 18 horas. Curta, mas o suficiente para arrancar dos patrões uma antecipação de 20 por cento e aumentos fixos de Cr\$ 1.200,00 (para quem ganha até Cr\$ 3 mil), Cr\$ 1.000,00 (para quem ganha entre Cr\$ 3 mil e Cr\$ 5 mil) e Cr\$ 800,00 para os das faixas entre Cr\$ 5 mil e Cr\$ 10 mil.

Maciste

E o Antonio Magri, o tristemente célebre "maciste do Kilowatt", presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, parece não querer nada com a hora do Brasil, como se dizia antigamente. Logo após a campanha salarial — traída pelo Magri — a Light demitiu centenas de trabalhadores, alegando faltas disciplinares, corrupção, etc. (entre eles, Carlos Rubens M. Pinto, Sebastião Francon, Jânio Kazama, Conceição e Hilário Lopes — este com 12 anos de empresa). O governo anuncia — através de notícia publicada no "Estadão", que as leituras dos medidores passariam a ser feitas a cada bimestre ou trimestre, reduzindo o número de leituras a menos da metade, dentro de uma política que prevê a redução de cerca de 20 por cento de seu quadro de funcionários. Um trabalhador da área II morreu — em função de acidente do trabalho —, no dia 13 de agosto. E o maciste o que faz: nada, rigorosamente. Além de impedir que quem deseja fazer alguma coisa o faça, não cedendo o auditório do Sindicato para os trabalhadores (ele pensa que é só dele), não convocou nenhuma assembleia para organizar a reação a tudo isso.

O Grupo de Trabalhadores em Energia Elétrica, que reúne o pessoal mais combativo, botou a boca no trombone, exigindo do pelégo alguma providência. Por exemplo, sugerem, o Sindicato deveria transformar o Fundo de Greve em Fundo de ajuda aos demitidos, além de desenvolver uma ampla arrecadação de recursos, entre a categoria, Resposta do Magri: "aos amigos tudo, aos indiferentes à lei, aos inimigos o cacete". Como eram "inimigos", os trabalhadores não viram atendidas nenhuma de suas reivindicações.

O porto parou

Os trabalhadores do cais de Porto Alegre ergueram os braços por 24 ho-

ras revoltados com a morte do estivador Wilson Ferraz, esmagado por uma bobina de uma tonelada de papel, quando desembarcava do navio indiano Sakia Rama. E essa morte não foi a primeira, o que atesta as péssimas condições de segurança existentes no porto: no mês de julho, outro trabalhador morreu asfixiado quando descarregava uma remessa de enxofre.

Custo de vida

E que tal essa peãozada: o governo acaba de estabelecer o índice de reajuste de janeiro em 44 por cento. Enquanto isso, a própria Fundação Getúlio Vargas anunciava: o índice do custo de vida subiu 47 por cento, nos últimos 12 meses, no Rio.

Professoras

E a gauchada parece que dá um churrasco para não entrar na briga e uma boiada para não sair dela. É o caso, por exemplo, das professoras municipais de São Sepé, que entraram em greve total na semana passada, reclamando seus vencimentos, atrasados desde janeiro.

Apoio

E a chapa 2, dos tecelões de Minas Gerais está com a bola toda. É que acaba de receber o apoio de representantes de alguns sindicatos importantes do país (petroleiros de Campinas e Minas Gerais, Metalúrgicos de João Monlevade, Bancários de São Paulo, Bancários de Porto Alegre, entre outros) em sua luta para reconquistar o Sindicato para a categoria, no dia 31, sexta.

Pedreiros

Trinta por cento de aumento para os serventes, vinte por cento para os profissionais e 10 por cento para os mestres, não descontáveis no próximo dissídio. foi o quanto os patrões concederam e os trabalhadores da construção civil de Porto Alegre aceitaram, depois de 15 dias de greve. Também foi acertado que os patrões pagariam uma semana referente à greve, não punirão os trabalhadores pelo prazo de 90 dias e garantirão estabilidade para o comando de greve.

Mineiros do carvão

A greve dos 2400 mineiros do carvão do Rio Grande do Sul acabou em

vitória parcial: ao invés dos 70 por cento de reajuste imediato que pretendiam, acabaram recebendo 25 por cento, não descontável no dissídio. Enquanto isso, os furadores — operários mais categorizados — da Companhia Nacional de Carvão Barro Branco, em Lauro Muller, Santa Catarina continuavam parados, mesmo com as ameaças e demissões praticadas pelos patrões.

Quebra-quebra

A paralisação de 900 cobradores dos ônibus das cidades satélites de Taguatinga e Ceilandia, no Distrito Federal, acabou em depreciação de 40 coletivos, pela população, revoltada por ter ficado sem transporte. Evidentemente, a indignação não devia ser contra os trabalhadores, submetidos a salários de fome, mas contra as empresas. No final, os empresários acabaram concedendo 48 por cento, dos 55 por cento de reajuste pretendido.

Médicos

Os de branco não deixam por menos: 70 por cento de reajuste salarial, piso de Cr\$ 17 mil, e melhores condições de trabalho e exercício profissional, são as principais reivindicações da campanha salarial dirigida pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo. Desde o dia 10, toda a categoria se encontra em assembleia geral permanente.

Correção

E os trabalhadores da COSIPA, não estão esperando que chegue o mês de março para reajustar o seu salário. Através do Sindicato, dirigido por Arnaldo Gonçalves, estão solicitando 30 por cento de correção salarial a partir de 1.º de setembro, para minimizar os gastos referentes ao aumento do custo de vida.

Bancários

Em assembleia que reuniu cerca de três mil participantes, os bancários rejeitaram a contraproposta patronal de um reajuste de 7% a mais que o índice oficial (44%) e reafirmaram sua disposição em continuar a campanha salarial que reivindica um aumento de 50% mais três mil cruzeiros fixos.



Na praça da Sé, apesar da chuva, o comparecimento de quase sete mil pessoas.

O que fazer com o cinema nacional

Em Acesita, Minas Gerais, realizou-se a IVa. Semana do Cinema Brasileiro, organizada pelo Kinocks-Clube de Cinema, local. Em debate: os destinos da produção brasileira.

Alberto Delerue

Com um esquema de promoção inteiramente diferente dos tradicionais festivais e mostras cinematográficas, onde invariavelmente pontificam astros e estrelas em poses extravagantes, uísque à beira de piscinas, paetês e muita badalação, além da costumeira entrega de prêmios e troféus, os organizadores da IV Semana do Cinema Brasileiro de Acesita-MG, que acaba de se realizar nesta cidade, objetivaram a criação de uma proposta fundamental: o confronto direto entre público-filmes-realizadores e críticos, numa reflexão sobre a problemática do cinema e suas relações com a sociedade e a cultura nacional contemporânea.

Durante toda a mostra, nos intervalos de exibição de filmes de curta e longa-metragem, foram realizados debates e palestras em que ficou evidenciado o enorme interesse, não só dos cineastas como do próprio público, na discussão e criação de novas saídas e eventuais alternativas para, segundo a opinião da maioria dos presentes, a grave crise que se abateu sobre o cinema brasileiro, sobretudo nestes últimos quinze anos.

Salvo pequenos detalhes e diferenças na colocação de certas questões, constatou-se a opinião unânime, principalmente por parte dos realizadores, de que o cinema brasileiro necessita, como veículo de cultura, análise e interpretação de nosso atual e intrinsecamente momento político-social, de uma urgente e ampla reformulação de sua estrutura, a fim de que possa atender às necessidades de sua própria sobrevivência.

Vladimir Carvalho, premiado cineasta paraibano e realizador de um dos filmes escolhidos e exibidos durante a mostra, **O País de São Saruê**, que durante oito anos esteve interdito pela censura, assim se expressou sobre o encontro de Acesita. "Trata-se, sem dúvida, de um evento da maior importância. Uma iniciativa que, na minha opinião, tem como mérito principal, o de avançar com o cinema brasileiro em busca de seu público natural, ou seja, o das cidades que atinjam a casa dos 100 mil habitantes. É inquestionável que um contato como esse que presenciamos aqui, entre o público, realizadores e os filmes brasileiros que verdadeiramente se preocupam e tratam da problemática nacional, das vicissitudes do povo, seja da máxima importância para todos".

Por diversas ocasiões, durante os debates noturnos, pôde-se perceber o clima de tensão e inconformismo, gerado pela reiterada denúncia de uma situação que, segundo consenso geral, ameaça tornar-se crônica para o cinema brasileiro. Ou seja, a de manter-se um veículo eternamente vilipendiado e aviltado em seus passos e objetivos. Segundo observou Maurice Capovilla, representante da Associação Brasileira de Cineastas, "um instrumento manipulado e dirigido por interesses estranhos às necessidades do próprio cinema nacional, e que funciona dentro de uma estrutura que se traduz numa verdadeira camisa-de-força para todo o realizador que se proponha a um trabalho sério e independente de pressões de qualquer natureza".

A IV Semana do Cinema Brasileiro de Acesita teve um indissociável caráter político, "o que não poderia deixar de ser, dado que os problemas que afligem e atingem o cinema brasileiro, são um reflexo de toda essa situação que hoje estamos assistindo nesse país. Uma crise social, política e econômica, gerada por esse sistema que aí está", frizou Ipojuca Pontes.

O consenso geral, entre diretores, produtores, técnicos e críticos presentes à mostra, foi de que o cinema brasileiro, além de seu papel educativo e cultural, não pode deixar de acompanhar as mudanças que atualmente se verificam no seio da sociedade brasileira e que "apesar da instabilidade social que o regime nos impõe, nos obrigam e nos autorizam a uma retomada e reformulação de posições", voltou a observar Murice Capovilla.

Sobre o assunto, e num estilo mais contundente, assim se expressou Vladimir Carvalho: "Atualmente estamos sendo ameaçados pelo que se convencionou chamar de recessão. Há nos corredores da Embrafilme, nos pontos onde os trabalhadores de cinema se reúnem, nos sindicatos, nas associações, uma apreensão muito grande a respeito. Os filmes no momento estão com seus financiamentos sustados. Várias atividades estão praticamente paralisadas. Isto aponta para uma atitude do governo, que é a de querer repassar, como tem repassado para outras camadas do povo brasileiro, de outras categorias profissionais, esse sacrifício, esse ônus. De forma que nós, trabalhadores do cinema, não devemos aceitar essa contingência, essa crise que, no fundo, é algo preparado pelo sistema, a fim de cercar e de certa forma boicotar o desenvolvimento desse cinema, que durante muitos anos já esteve ligado à vida e à problemática dessa nação. Hoje o cinema brasileiro, que nestes últimos quinze anos foi relegado e praticamente massacrado por uma censura drástica, que o impediu de se desenvolver no seu sentido natural - que era o de refletir a sociedade brasileira - esse cinema, agora, reivindicamos que sejam liberados os meios, que seja retirado um projeto verdadeiramente eficaz que o livre das peias da política das multinacionais, dos oligopólios internacionais".

Na pauta de discussões, um dos itens constantes do temário e que suscitou maior interesse e críticas,

foi o da distribuição dos filmes nacionais no mercado brasileiro. "Qualquer estrutura que se monte no cinema - destacou Capovilla - ela será sempre explorada pelo mais forte. Isso é inevitável. Enquanto o cinema brasileiro não tiver poder político para impor seu produto, não podemos influir no seu mercado. Nós perdemos uma principal palavra de ordem, que é a luta contra o cinema estrangeiro. Nestes últimos anos o Estado, através da Embrafilme, financiou a produção e deixou de lado a distribuição e a exibição. Agora abre-se a censura e fecha-se o financiamento. Na verdade, trata-se de um círculo vicioso, o que vem demonstrar que montou-se uma indústria cinematográfica em bases falsas. Se o nosso cinema não optar por um público mais amplo, iremos à bancarrota. Ou nos reformulamos em termos, não só de produção, mas especialmente de distribuição, ou continuamos correndo o sério risco de assistirmos a gradativa falência do cinema brasileiro".

Durante o Encontro dos Realizadores, um dos eventos paralelos à IV Semana, foi levantada a questão de se criar um mercado alternativo para o escoamento do produto nacional. O estímulo à criação de cooperativas, subordinadas a uma cooperativa geral ou federação de cooperativas, foi outra eventual saída proposta para debelar a crise do setor de distribuição dos filmes nacionais.



O público lota o cine Marabá, no encontro

A carta de Acesita

Os realizadores presentes à IV SEMANA DO CINEMA BRASILEIRO DE ACESITA, reunidos durante o encontro de entidades, examinando o atual estágio do desenvolvimento e organização dos diversos setores da sociedade brasileira, na retomada de seu papel de definição e encaminhamento de seu próprio destino histórico, entendem que o cinema nacional deve desempenhar esta mesma função no processo de transformação da sociedade brasileira.

E com esta preocupação que encaminham as seguintes reflexões à todas as assembléias de entidades e associações de cinema que consideram base indispensável para o urgente debate do cinema brasileiro:

1- Integração do cinema como veículo de comunicação no processo de libertação do povo brasileiro, nas suas reivindicações por melhores condições de vida, participação nas decisões políticas e na luta pelas liberdades democráticas.

2- O cinema brasileiro não pode aceitar a atual "crise" provocada pelo sistema, com o intuito de repassar para a produção cinematográfica, da mesma forma como o vem fazendo para todas as outras classes trabalhadoras, o ônus de uma política econômica subordinada a interesses alheios aos nacionais.

3- É urgente a definição, por parte do governo, do projeto de implantação democrática do cinema nacional, a saber:

a) criação dos recursos necessários e permanentes para a EMBRAFILME, destinadas à aplicação na expansão e democratização da produção;

b) atuação direta da EMBRAFILME no mercado exibidor, através de compra e criação de novas salas de exibição, em função da produção nacional;

c) implantação de um novo projeto de distribuição, em nível nacional, de forma efetiva, capaz de ocupar todos os espaços existentes.

4- Entendemos que um projeto autêntico e eficaz para o cinema brasileiro só poderá existir se gerado em suas bases, representadas por suas entidades e associações.

ACESITA, 12 de agosto de 1979
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DOCUMENTARISTAS (ABC)— ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CINEASTAS (APACI)— ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CINEASTAS (ABRACI)— ASSOCIAÇÃO

MINEIRA DOS PRODUTORES CINEMATOGRAFICOS (AMPC)-SINDICATO DE ARTISTAS E TECNICOS DO RIO DEJANEIRO FEDERAÇÃO DOS CINEMA-CLUBE DE MINAS GERAIS (FCC-MG)

A batalha do curta

Orlando Bonfim, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas, dá uma síntese da batalha travada pelo curta-metragem brasileiro no nosso mercado de exibição.

— A partir das resoluções de N.ºs 18 e 19 do Conselho Nacional de

Cinema (CONCINE) que estabeleceram a obrigatoriedade de exibição dos curtas em todo o território nacional, qual ou quais os problemas mais graves do documentário brasileiro neste país?

A conquista da própria regulamentação foi o primeiro deles.

A batalha travada neste sentido, por nós cineastas, foi árdua e verdadeiramente fantástica. A lei foi aprovada em dezembro de 75 e a regulamentação após várias emendas, só saiu definitivamente em outubro de 1977. As razões disso são as mais variadas. Desde as de ordem administrativa, ou seja, a transformação do Instituto Nacional do Cinema (INC) e a criação da atual Embrafilme até problemas de ordem estritamente político-ideológica. Na verdade, o filme documentário no Brasil, dado seu conteúdo social e político, ainda apresenta uma série ameaça ao sistema.

Considerando-se que muitos filmes de longa-metragem realizados no Brasil também tenham esse caráter por que esse combate maior dirigido ao curta?

Creio que a luta do cinema brasileiro visando sua afirmação, é uma luta geral de todo o cinema. O que mais assusta no curta é sua agilidade, sua relativa facilidade de realização e capacidade de síntese na colocação dos problemas. Evidente que seu caráter de cinema de proposta, invariavelmente de denúncia, gere uma reação mais aguda por parte daqueles não interessados nesse tipo de questionamento sócio-político-cultural. Além disso, não devemos esquecer da forte, infelizmente não tão efetiva capacidade de penetração do filme de curta-metragem. Daí, o constante boicote que se verifica na sua distribuição e exibição. Enfim, não interessa, tanto para o exibidor como para as classes dominantes de maneira geral, essa capacidade do curta em fazer uma radiografia do país.

Qual a posição da Embrafilme em relação ao curta-metragem?

Há uma grande expectativa de todos nós, documentaristas, a respeito da política da Embrafilme com relação ao curta-metragem. Estou me referindo às eventuais mudanças que poderão surgir no bojo da nova administração desse órgão. Essa nova diretoria que entrou deve receber um voto de solidariedade de todos nós, realizadores independentes. Vamos aguardar para ver se os atuais representantes dessa entidade estarão ou não à altura desse nosso voto de confiança.

O «cinema da resistência»

Um depoimento exclusivo para EM TEMPO, o cineasta Ipojuca Pontes assim se expressou: "O cinema tem o seu histórico no processo de conscientização do público, não só na cinematografia brasileira, mas na cinematografia do chamado Terceiro Mundo. Trata-se de um instrumento político de grande poder e alcance. Um veículo capaz, sem dúvidas, de contribuir para a reformulação cultural, política e social de um povo. As chamadas classes dominantes têm utilizado o cinema, ao longo de quase 100 anos de existência, com um instrumento de alienação, de evasão e de comércio. É evidente que dentro desse encaminhamento, o cinema burguês atingiu um nível técnico e de glamorização verdadeiramente espantoso. O cinema, juntamente com a televisão, é o responsável hoje pela alienação em massa, sobretudo aquele produzido por Hollywood, ou aquele que obedeça às fórmulas estabelecidas por esse tipo de produção. Há, no entanto, um outro tipo de cinema, que podemos denominar de cinema da resistência, o dos dominados, voltado para a reflexão que objetiva a transformação da sociedade e sua libertação. O cinema brasileiro, por exemplo, já teve de forma muito mais marcante esse tipo de compromisso. Em que pese sua extrema fragilidade diante da força e do massacre das classes dominantes, ele ainda hoje resiste, em busca de novos caminhos, de como formular uma consciência nacional, uma consciência popular, democrática e sem mistificações.

Lamentavelmente, o que assistimos hoje, de forma predominante, é o nosso cinema posando de multinacional, voltado para outros mercados, com a intenção, a sede, de auferir dólares.

É evidente que a sociedade brasileira, num todo, não mudou de orientação na sua conjuntura e estrutura econômica. Então, com ou sem crise, as coisas continuam de modo idêntico. Só que agora o povo está pagando maior ônus por tudo isso. Então o cinema, também con-

tinuará, acredito eu, dentro das mesmas perspectivas. Aqueles que estão e continuarão pagando o preço dessa situação, ainda serão os cineastas e os demais segmentos da produção cinematográfica brasileira mais independentes e que têm do cinema uma noção e visão mais abertas e responsáveis. Claro que neste sentido, a crise, dentro ou fora do cinema, será mais acentuada nos setores que efetivamente trabalham e produzem a riqueza neste país.

Nos países subdesenvolvidos, os de Terceiro Mundo, é muito difícil formular-se uma verdadeira política de desenvolvimento cinematográfico, sem sequer uma legislação séria e honesta do governo. Sem um encaminhamento do governo enquanto indústria, bem entendido.

No Brasil, a Embrafilme surgiu historicamente a partir do esforço de grupos, de cineastas, de tendências e movimentos do cinema brasileiro, que desejavam enfrentar, com o poder de uma legislação e de uma organização, o que poderíamos chamar de invasor. Ou seja, a cinematografia predatória, sobretudo a americana. Como se trata de um órgão de capital misto, que, em última instância atende à uma legislação do governo, a Embrafilme depara-se com uma série de contradições. No momento, diante da atual e propalada recessão, esse organismo passa, na minha opinião, a ser uma verdadeira incógnita. Hoje mais do que antes. Acredito, no entanto, que se essa sociedade vai se abrir efetivamente, o encaminhamento da Embrafilme, ou de qualquer outro órgão ou instrumento legislativo do cinema, será uma responsabilidade muito mais dos cineastas — refiro-me àqueles independentes e comprometidos com uma idéia de nacionalidade cultural — no sentido e que esses instrumentos legais sejam um produto de fato consequente, um órgão capaz de tornar ágil e vivo o cinema brasileiro, enquanto meio de reflexão, interpretação e transformação da nossa sociedade".



Tempos de antes

PC REALIZA V CONGRESSO.

O V Congresso do Partido Comunista, em 1960. O surgimento da POLOP, em 1961,
O racha que dá origem ao PC do B, em 1962.
E mais: as Ligas Camponesas e os Grupos dos 11 (do antigo Leonel Brizolla).

Pouco mais de dois anos após a aprovação da Resolução de Março de 1958, responsável por uma mudança tão radical em sua linha política, (ver o capítulo anterior desta série), o Partido Comunista realizou seu Quinto Congresso. Nele, as **Teses para Discussão**, propostas pela maioria do Comitê Central, e que retomavam os temas essenciais do documento de 1958, receberiam o voto majoritário das bases partidárias, após um processo de discussão que duraria vários meses, alimentando uma nutrida polêmica na "Tribuna de Debates" do semanário **Novos Rumos**, então órgão oficial do PC.

O grupo que praticamente mantinha o controle do partido até 58, e que naquela ocasião perdera sua hegemonia no Comitê Central - Grabois, Pomar, Amazonas, mas também Lincoln Oeste, Angelo Arroio, Calil Chade, e Carlos Danielli, entre outros - sofreu um novo abalo em suas posições, a despeito da intensa atividade ideológica que desenvolvera durante as discussões. Mas, formalmente o Congresso de agosto de 1960 não comprometeu a unidade do PC. As rupturas viriam um pouco mais tarde, sob o efeito de novas determinações.

É a partir de 1960 que a conjuntura política brasileira vai sofrer uma brusca aceleração. Sob o influxo de fatores internacionais e nacionais novos, o perfil da esquerda brasileira começa a modificar-se.

1960 havia sido igualmente o ano da sucessão presidencial e, coerentemente com a linha aprovada no Quinto Congresso, o Partido Comunista define seu apoio à candidatura do ministro da guerra de Juscelino Kubitschek, o marechal Henrique Teixeira Lott e de seu vice, João Goulart, cujas vitórias nas eleições poriam na ordem do dia a questão do estabelecimento de um "governo nacionalista e democrático", fórmula de poder defendida pelo PC para aquela conjuntura.

Analisando a situação existente dentro das Forças Armadas, a Resolução do Congresso afirmava que "particularmente no Exército desenvolve-se uma importante corrente nacionalista que participa ativamente da luta antiimperialista e possui tendências democráticas". As posições de Lott sobre a Petrobrás e sobre a necessidade de nacionalizar alguns setores da economia, mas, sobretudo, sua firme conduta legalista nas tentativas de impedir a posse de JK, cinco anos antes, eram apontadas pelos comunistas como a virtude maior do marechal. Quanto a Jango, já havia uma história de colaboração entre ele e o PCB.

As coisas se passaram diferentemente do desejado pelo partido e a 3 de outubro do mesmo ano o eleitorado daria uma significativa vitória a Jânio Quadros nas urnas. Jango conservaria, no entanto, a vice-presidência. Abria-se um novo e conturbado período de nossa história política. O modelo desenvolvimentista de Juscelino havia chegado ao seu limite e as contradições que ele engendrara alimentavam um exacerbamento dos conflitos de classes, ao mesmo tempo em que afetavam a estabilidade da própria vida institucional. A escalada da inflação ativava o movimento de massas, especialmente os trabalhadores, na defesa de seu nível de vida. É a tese da necessidade de combater as causas "estruturais" da inflação que encaminha este movimento de massas na luta pelas "reformas de base".

Internacionalmente, as tendências que começavam a manifestar-se a partir da metade da década anterior se intensificam e influenciam o comportamento das esquerdas.

Dois fatores serão decisivos neste início dos anos 60: Cuba e China. A evolução rápida da situação cubana mostrava como a aplicação de um programa de reformas se chocava desde o começo com o imperialismo e com a burguesia e que a única alternativa era a radicalização do processo. A 1º de maio, com o país ainda traumatizado pela tentativa de desembarque na Baía dos Porcos, Fidel Castro declararia na praça da Revolução, em Havana, que "Cuba é um país socialista".

O exemplo cubano colocava para a esquerda brasileira pelo menos três questões importantes: (1) a atualidade do socialismo; (2) o problema da necessidade da via armada e da destruição do aparelho de Estado para que a revolução assegurasse suas conquistas; e (3) o fato de que o processo havia sido dirigido por uma força que não o Partido Comunista (em Cuba, PSP), que até uns meses antes da tomada do poder se havia oposto a Fidel e seus companheiros, acusando-os de "aventureros".

"O dever de todo o revolucionário é fazer a revolução", afirmava a Segunda Declaração de Havana. E continuava provocativamente: "É certo que a revolução vencerá na América e no mundo. Mas não é próprio de revolucionários sentar-se à porta da casa para ver passar o cadáver do imperialismo".



Têxos como estes, ou os discursos de Fidel e de Guevara, eram utilizados no Brasil como elementos de crítica à posição do PC por setores jovens que se incorporavam à luta política naquele período. A posição do partido comunista em relação à revolução cubana era discreta, no entanto. O jornalista Almir Mattos, publicava na revista teórica (oficial) do PC "Estudos Sociais" (julho de 1961) um capítulo de seu livro sobre a Ilha e que tinha o sugestivo título "Cuba: o encontro de duas correntes revolucionárias", isto é, Fidel e o PSP. A despeito desta "cordialidade" no tratamento da questão o certo é que o exemplo cubano, sobretudo quando ele parecia irradiar-se em outras regiões do

Continente, a Venezuela em particular, servia como uma referência permanente para a nova e incipiente esquerda que começava a surgir. Seja a **Organização Marxista Revolucionária-Política Operária (Polop)**, fundada em fevereiro de 1961 (ver Box), sejam os partidários do deputado Francisco Julião, agrupados nas **Ligas Camponesas**, todos faziam de Cuba um elemento de fustigamento das posições do PC.

As coisas se complicariam mais, no entanto, quando Grabois, Pomar, Amazonas e seus seguidores intensificaram sua crítica à direção do PC e passaram a utilizar sistematicamente como referência as posições defendidas pelo Partido Comunis-

ta Chinês, cujas divergências com o PC soviético se tornavam cada dia mais explícitas.

Internacionalmente, os primeiros sintomas haviam-se manifestado em 1959. A China votara a contragosto a Resolução da Reunião dos Partidos Comunistas em Moscou, aonde algumas teses mais tarde consideradas como essencialmente "revisionistas" seriam aprovadas, sobretudo a da transição pacífica ao socialismo. Ainda em 59, o PC chinês publica um artigo, "Viva o Leninismo" no qual as posições soviéticas são verdadeiramente criticadas através de uma tentativa de volta à ortodoxia.

Os opositores do PC passam a ser os grandes defensores das posições chinesas no Brasil. Mas as

do golpe

SURGE A NOVA ESQUERDA.

coisas vão precipitar-se a partir de setembro de 1961: O partido realizara sua Conferência Nacional e, nesta ocasião, aprovava a mudança do nome **Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro**. O propósito declarado era facilitar o pedido de registro eleitoral do PC. A partir daí, no entanto, os dissidentes possuíam um argumento a mais na sua luta contra a direção. A mudança do nome aparecia para estes com a força de um símbolo do abandono de posições políticas. Em fevereiro de 1962, a cisão consuma-se. Reúne-se uma Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil (uma das resoluções é a manutenção do antigo nome). No novo Comitê Central eleito figurarão oito membros do CC do PCB. Em março, aparece sob a direção de Maurício Grabois e Pedro Pomar, a **Classe Operária**, o mesmo nome do velho jornal do PC. Mas a nostalgia não se detém aí: o PC do B inicia também a reabilitação de Stálin.

Os elementos mais importantes para pensar a evolução da esquerda neste período se encontram, no entanto, no plano interno e devem ser compreendidos sobretudo a partir da grave crise de poder que se evidencia no episódio da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. A tentativa dos ministros militares de impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, como sucessor de Jânio, deixara o país à beira de uma insurreição. Brizola organiza a resistência no sul, as forças armadas se dividem, o movimento operário articula uma greve geral no Rio, sobretudo, e a UNE coordena igualmente uma mobilização nacional contra o golpe.

Se este foi frustrado e Jango pôde assumir, a adoção do regime parlamentarista, tendendo a diminuir os poderes do novo presidente, é ressentida como uma tentativa do Congresso de frear os anseios reformistas cada vez maiores do movimento de massas. É dentro deste contexto nacional e internacional que a linha do PCB passa a ser criticada como uma resposta equivocada aos problemas colocados pela conjuntura.

É certo que esta crítica era profundamente desigual e que, no fundamental a hegemonia ideológica do PCB no campo da esquerda não se veria ameaçada até, pelo menos, o golpe. Mas não é menos evidente que, na multiplicação de críticas que surgiam às orientações do "partidão", se insinuavam os desdobramentos que a esquerda brasileira teria após 1964.

À esquerda do PCB aparecem pequenos grupos e, sobretudo, tendências políticas sem uma consistência orgânica maior. De distintas perspectivas, todas elas buscavam uma nova resposta.

O **PC do B** não apresentava uma análise substancialmente distinta da do PC acerca da realidade nacional, nem mesmo avançava uma definição diferente no que se refere ao "caráter da revolu-

ção". Afora algumas referências ideológicas mais gerais, diferenciava-se do PCB no problema da luta armada, com relação a qual chegou a tomar algumas medidas de preparação.

A **Polop**, muito confinada ao movimento estudantil - onde era, além do mais, extremamente minoritária - e a certos meios intelectuais, tinha sua importância muito mais pelo nível teórico de suas elaborações do que por uma real incidência sobre a luta política.

As **Ligas**, em realidade eram mais um movimento do que uma organização. Expressavam sobretudo o radicalismo daqueles que haviam sido desperdiçados para a questão camponesa, a partir das grandes mobilizações particularmente no nordeste, de fins dos anos 50 e começo dos anos 60. A tentativa de constituir uma organização no sentido mais clássico do termo, tendo como base o movimento de Francisco Julião, acabou por fracassar. O **Movimento Revolucionário Tiradentes** teve curta duração e seria dilacerado pelas divergências entre os grupos que disputavam seu controle.

Finalmente, havia a **Ação Popular** (ver box), oriunda da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC) e que se constituiu formalmente em 1962, passando a ser a força hegemônica no movimento estudantil.

Mas os fenômenos mais originais talvez se situassem nas bases desta sociedade brasileira sacudida nesta começo da década por violentos conflitos políticos. Não é só o despertar do campesinato, que as Ligas em certa medida expressavam, mas, igualmente, a intensificação do movimento estudantil, que dá à União Nacional de Estudantes um peso específico na vida do país, e as mudanças que começam a se esboçar no movimento operário.

A queda dos pelegos da direção da CNTI Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, provocada por uma aliança do trabalhistas-janistas-comunistas, será a condição para a formação do Comando Geral de Trabalhadores em 1962. Ainda que no fundamental atrelado à política populista e reformista, o CGT colocava na ordem do dia o princípio de uma Central Única de Trabalhadores, ao mesmo tempo que dava a estes, mesmo que através de uma condução de cúpula, um canal de intervenção na vida do país que antes nunca houvera.

Nas forças armadas, a emergência da luta dos sargentos e sub-oficiais em geral, expressando estes novos sintomas de radicalismo, não encontravam condutos políticos, desembocando muitas vezes em manifestações de insólita violência. Na madrugada de 12 de setembro de 1963, um dia depois de o Supremo Tribunal Federal decidir que os sub-oficiais eram ineleáveis, 600 sargentos, cabos e soldados se revoltavam em Brasília, sob o comando do

sargento Antonio de Prestes Paula, ocupando ministérios e quartéis na capital federal. Controlado o movimento, as inquietações na área militar se mantiveram, como atestariam dramaticamente os acontecimentos da Semana Santa de 1964, às vésperas do golpe, com a revolta dos marinheiros no Rio.

Dentro do próprio PCB um processo de diferenciação política começava a esboçar-se, sobretudo a partir de 63, quando o governo Goulart demonstrava fortes tendências a um compromisso com a burguesia, tendências expressas, no plano econômico, através da aprovação do **Plano Trienal** de Celso Furtado e, que no plano político, se insinuavam nas medidas de Estado de Sítio propostas por Goulart em 1963, manifestamente para golpear "à esquerda" e "à direita".

Nas discussões do Comitê Central surge uma corrente defendendo a tese da necessidade de atacar não somente o imperialismo e a reação nacional, mas de combater igualmente as tendências conciliadoras que Goulart manteria até seu tardio discurso do 13 de março, 17 dias antes de sua queda.

Jacob Gorender e Mário Alves, que haviam tido grande responsabilidade na formulação da linha do Quinto Congresso, são os primeiros a levantar esta crítica de esquerda. Em março de 63, Mário Alves escrevia, sintomaticamente, na revista **Movimento**, da UNE, que a burguesia nacional não é capaz de romper com o sistema imperialista, porque a ele se vincula pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e teme o avanço do socialismo". O texto daquele que anos mais tarde romperá com o PCB, participando na formação do PCB - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, não era uma ruptura frontal com a linha oficial do PC, mas privilegiava certas questões, como a "duplicidade da burguesia nacional", e necessidade de insistir na hegemonia proletária ou a crítica da "visão reformista de luta pelas reformas" que haviam sido crescentemente esquecidas nas declarações e atitudes do PCB.

A incapacidade de direção das esquerdas tinha um efeito contraditório. Por um lado, fazia com que surgissem na sociedade manifestações de um desejo de novos projetos organizativos, como atesta a receptividade dos "Grupos de Onze", de Brizola, ou mesmo da "Frente de Mobilização Popular". Por outro, não impedia que todas estas manifestações de base fossem capitalizadas por um populismo radical que, na sua essência, não ia mais além do quadro político-ideológico do Partido Comunista.

Como vemos, um período cheio de ensinamentos, que deve despertar hoje mais do que a curiosidade dos historiadores.

E assim surge a Ação Popular

Para Herbert José de Souza, ontem conhecido como "Betinho" hoje "o irmão do Henfil" de que nos falam João Bosco e Aldir Blanco, fundador e primeiro coordenador nacional da **Ação Popular**, foi no "encontro de dez anos de JUC, realizado em 1960, na Guanabara, que ficou marcada, para os universitários uma nova posição diante do social, como exigência fundamental da própria fidelidade ao evangelho".

Em seu livro **Cristianismo Hoje**, publicado pela Editora Universitária, da UNE, em 1962, ele conta como a experiência da Juventude Estudantil Católica "evidenciou que se poderia ser normal e cristão ao mesmo tempo, que o cristianismo não era uma escola para a formação de efeminados e históricos pregadores do inferno e do anti-comunismo"

Ao entrar para Universidade, "tomou-se consciência de sua realidade medíocre, de sua imensa traição às finalidades fundamentais de promotora de uma cultura para a libertação do homem e não de uma espécie de ópio sedimentado e manipulado pelos mestres do óbvio e da indiferença pelo drama do Brasil".

É a partir destas referências que se forma a **Ação Popular**, em fins de maio e princípios de junho de 1962, num Congresso Nacional em Belo Horizonte. Com enorme presença no movimento estudantil, aonde mantinha uma aliança com o PC, apesar de aparecer aos olhos deste como de um anticapitalismo muito radical, a AP deu os três últimos presidentes da UNE antes do golpe: Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brandt e José Serra.

A Polop, por um dos seus fundadores

A **ORM - Polop (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária)** se constituiu no início de 61 reunindo pequenos grupos marxistas de vários Estados (...) Teve por núcleo o grupo do Rio, portador das tradições da III Internacional leninista transmitidas pela fração de Thalheimer, que rompera com Stalin sem unir-se a Trotsky. Fora o grupo do Rio que, após reunir militantes saídos do PC depois do XX Congresso e bases da juventude do PSB, articulou outros grupos estaduais a partir de discussões sobre o reformismo do PC, o caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro, as linhas gerais para uma política de classe em nosso país (...)

Se havia uma unidade ideológica na crítica marxis-

ta à colaboração de classes praticada pelo PC, eram ainda muito desiguais as concepções concretas acerca das alternativas, indo desde um dogmatismo trotskista do grupo de S. Paulo até concepções recém-saídas do nacionalismo, sobretudo em Minas. Seu forte é o fato de conter elementos mais dinâmicos da intelectualidade revolucionária nesse momento. A história pela qual o núcleo leninista vai se impondo e homogeneizando a Organização revela também o tipo peculiar de leninismo que vai nos caracterizar".

(Extraído de "Para um Balanço da Política Operária", de Raul Villa, publicado na revista "Brasil Socialista" nº 7, em 1976, na clandestinidade).

Numa rápida cronologia, os principais lances de um período crítico para a burguesia e também para as esquerdas brasileiras.

1960

Agosto — Quinto Congresso do Partido Comunista.

3 de outubro — Eleição de Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice-presidente.

1961

31 de janeiro — Posse de Jânio e Jango.

Fevereiro — Fundação da Polop.

19 de agosto — O presidente Jânio Quadros condecora com a Ordem do Cruzeiro do Sul, ao ministro da Indústria de Cuba, Ernesto Che Guevara.

25 de agosto — Jânio renuncia à presidência e é provisoriamente substituído por Rainieri Mazzilli, presidente da Câmara de Deputados.

2 de setembro — Face ao veto dos militares à posse de Jango, mas, ao mesmo tempo, a resistência ao golpe animada por Brizola no Sul, o Congresso chega a uma solução de compromisso, aprovando a adoção do parlamentarismo no Brasil.

7 de setembro — João Goulart assume a presidência e Tancredo Neves é indicado no dia seguinte como seu primeiro-ministro.

Setembro — Conferência nacional do PC. Aprovados novos estatutos que prevêm a mudança do nome de PC do Brasil para PC Brasileiro.

1962

Fevereiro — Conferência Nacional Extraordinária que dá nascimento ao PC do B.

Mai/junho — Congresso de Fundação da Ação Popular em Belo Horizonte.

26 de junho — Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro.

28 de junho — O chanceler Santiago Dantas tem seu nome recusado para o posto de primeiro-ministro por 174 a 110 votos na Câmara dos Deputados.

3 de julho — Auro de Moura Andrade é indicado primeiro-ministro pelo parlamento, mas uma greve geral organizada pelo CGT no dia seguinte o obriga a renunciar.

10 de julho — Francisco Brochado da Rocha, um nome de conciliação proposto por Jango, é escolhido como primeiro-ministro.

14 de setembro — A recusa do parlamento em votar a delegação de poderes ao governo e a aprovação de um referendo para outubro sobre o retorno ao regime presidencial abre grave crise política no país. O primeiro-ministro renuncia. O CGT realiza outra greve geral nacional e o Congresso acaba por aceitar o plebiscito para o ano seguinte. Hermes Lima é aprovado como primeiro-ministro de transição.

Outubro — Eleições para governadores e para os legislativos. Miguel Arraes é eleito governador de Pernambuco.

1963

6 de janeiro — Vitória do presidencialismo no referendo.

12 de setembro — Revolta dos sargentos em Brasília.

5 de outubro — Fracassa a tentativa de Jango de obter o Estado de Sítio do Parlamento. As esquerdas se opõem unanimemente à medida.

20 de dezembro — A renúncia de Carvalho Pinto do ministério da Fazenda é interpretada como o fim das ilusões da burguesia com o presidente Goulart.

1964

13 de março — Comício da Central do Brasil. Duzentas mil pessoas ovacionam Jango quando ele anuncia nacionalizações e outras reformas. A consigna mais presente é "Legalidade para o PCB".

25 de março — Ato da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais que acelera a crise política. Os participantes são presos no sindicato dos metalúrgicos no Rio, mas Jango os anistia no dia seguinte.

30 de março — Último pronunciamento público de Jango como presidente, no Automóvel Clube do Brasil, em ato organizado pela Associação dos Sargentos e sub-oficiais da Polícia Militar.

31 de março — Começa o movimento civil-militar contra Jango em Minas Gerais.

1.º de abril — Jango voa para o Rio de Janeiro e daí para Porto Alegre. O governo norte-americano reconhece o "novo governo" antes que este se constitua. O presidente do Senado declara "vago" o cargo de presidente da República.

2 de abril — Cessa toda a resistência no Rio Grande do Sul. Goulart deixa o país, asilando-se no Uruguai.

Argentina

O tango desafinado da ditadura

Segundo Koutzli, a crise econômica argentina que já se manifesta como crise política da ditadura cria uma dinâmica favorável para os trabalhadores, apesar do desemprego e da inflação. Depoimento a Eliezer Rizzo.

Por Flávio Koutzli

Na Argentina, desde o final de 78 está em curso uma dinâmica favorável que vem se acentuando em 79. E existem alguns elementos principais que a explicam. Em primeiro lugar, por exemplo, ao nível da economia.

A rigor não se pode dizer que um plano econômico tenha sido elaborado pelo governo argentino. A política do Ministro Martínez de Hoz, um monetarista ortodoxo, não passou da elaboração de um conjunto de medidas financeiras. Mas de qualquer modo é uma política definida que tem conseqüências.

Ao contrário do que ocorreu no Brasil pós-64, a execução da política econômica do governo argentino veio encontrar a economia capitalista mundial num processo de crise e recessão marcado pela enorme dificuldade de controlar a inflação mesmo nos países desenvolvidos e pela limitação da possibilidade de empréstimos e investimentos que não fossem totalmente seguros. Uma prova disso é a ausência quase total de inversões externas no país. Por outro lado o setor estatal não investe porque não tem recursos e inclusive muitas obras infraestruturais foram paralisadas (estradas, barragens, etc). Já o setor privado não investe em atividades produtivas e especula na bolsa, no mercado de ações e do dólar. Portanto o que assistimos é um processo de desinversão apresentado como "racionalização do mercado": quer dizer o fechamento da General Motors que se retirou do país, o fechamento da Olivetti que agora produz suas máquinas na fábrica do Brasil, uma crise absoluta na produção de implementos agrícolas - esta particularmente grave num país como a Argentina onde a agricultura tem a importância que tem. (Hoje, curiosamente, a maioria dos tratores e implementos agrícolas em geral são comprados do Brasil.) A esses fenômenos soma-se ainda o que ocorreu no Brasil entre 64 e 67: uma violenta crise de todos os setores da indústria nacional, particularmente a pequena e média indústria.

Fissuras no interior das classes dominantes

Em segundo lugar, apesar da brutalidade da repressão sobre o proletariado, a ditadura argentina não conseguiu criar a imagem de paz social que ao nível político é fundamental para que o imperialismo e as multinacionais façam um programa de inversões sistemáticas como fizeram no Brasil durante um certo período.

Em terceiro lugar, depois de três anos de governo, apesar de uma certa redução em relação ao momento do golpe, a inflação atingiu os 160% em 1978 e tudo indica que a coisa se repetirá esse ano. Esse dado é importante porque a Argentina havia estabelecido uma série de compromissos com o Fundo Monetário Internacional acerca dos déficits públicos, no sentido de conseguir diminuí-los para 1,5% do Produto Nacional Bruto. Não conseguiu; 1978 terminou com 4%. Embora isto seja totalmente contraditório com uma política monetarista, entre 76 e 78 dobrou o volume do meio circulante. De fato, há uma correlação entre o volume das emissões e a ausência de uma política econômica verdadeiramente produtiva. O governo tem que tapar com a emissão toda uma série de gastos do aparelho de Estado e do aparelho repressivo, e não consegue compensá-los através do aumento da produção.

A baixa da produtividade é outro fator decisivo da crise econômica: os baixos salários fizeram diminuir enormemente a capacidade de compra das classes trabalhadoras e dos setores médios. Em conseqüência as fábricas tem estoques acumulados e são obrigadas a diminuir de forma notável o volume de sua produção.

Do ponto de vista dos efeitos da política econômica sobre a unidade da burguesia, há indicadores significativos de uma crise que começou a se materializar a partir de fins de 78. Por exemplo: a oligarquia do campo, base tradicional de todos os projetos mais reacionários e conservadores na Argentina, começou a entrar em contradições com o governo porque não havendo inversões, não havendo aumento da produtividade o governo busca seus recursos através de uma prática clássica nestes casos, que é o aumento dos impostos. É tão brutal

a política tributária que ela acabou onerando de forma quase insuportável os próprios setores oligárquicos do campo colocando-os em conflito com a política do Ministro Martínez de Hoz.

Tais setores vieram expressando politicamente este conflito de modo permanente através de seus grêmios, associações de classe, etc, até que em fins de 1978 saíram a público para manifestar seu total rechaço à política econômica do governo. O conflito é no entanto compreensível. A política econômica de corte exclusivamente financeiro estimulou uma atividade especulativa muito intensa. E isto é o que há de realmente dinâmico na economia do país. A especulação chegou a tal ponto que passou a desestimular a continuidade da inversão no campo. A tendência, hoje, é a eliminação das matrizes (fêmeas em idade de procriação) dos rebanhos e a não inversão, pois é muito mais interessante investir no mercado financeiro e especular. Além do mais, por essa mesma política o dólar é mantido artificialmente muito abaixo do seu valor.

Uma crise econômica de proporções insuspeitadas

A venda dos produtos agro-pecuários no mercado internacional se faz, então, por um baixo preço. Esse conjunto de problemas é a base material de um enfrentamento com o governo de um setor que tradicionalmente deveria ser um apoio das Forças Armadas.

Do ponto de vista do setor industrial, a situação não é menos crítica: supressão de créditos, declínio do nível de consumo, inflação, ausência de investimento, envelhecimento das maquinarias e do parque industrial que não se renova, concorrência muito forte de produtos estrangeiros. Isto põe em uma situação dramática toda a indústria média e de propriedade nacional. Há um número fantástico de falências: para 1 quebra em 76, havia 8 no mesmo mês em 77, 18 em 78. O governo - no seu desabrigo entreguismo - reduziu as taxas aduaneiras ao mínimo. Em 1970, essas taxas eram 360% do valor do produto. Na época do Campora, em 1973, eram de 180% e hoje são 30% do valor do produto importado. Nesse momento, há uma inva-

são de produtos estrangeiros, especialmente na parte eletrônica, automóveis, todo tipo de eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, com melhor preço do que os produtos argentinos.

O golpe militar fracassou em todos os objetivos

Penso que esses dados permitem entender um pouco a base concreta pela qual a burguesia começa a entrar em contradição com o governo, três anos depois do golpe. O projeto burguês inicial que levou ao golpe tinha em vista uma resposta ao avanço do movimento operário argentino, golpe, em primeiro lugar, uma resposta política. Em segundo lugar, havia uma crise econômica importante, a partir do fracasso do projeto econômico do populismo levado - nas suas formas mais desastrosas - pelo governo de Isabel Peron.

O projeto do governo militar é de favorecimento dos grandes monopólios e das grandes multinacionais. Num primeiro momento não havia antagonismo com o setor rural, pois ele também pensava em exportar e se beneficiar. Efetivamente, isso foi assim: em 76 houve grandes safras e uma boa situação na agricultura. Contudo, o contexto da economia mundial neste momento (impossibilidade de investimentos como houve no Brasil), a impossibilidade de o governo militar oferecer uma "paz social" que tornasse a Argentina mais convidativa para essas inversões são elementos políticos que, combinados com a estreiteza do programa econômico, provocam uma crise muito rápida e muito acelerada. Os limites desse programa econômico criam rapidamente fissuras no interior das classes dominantes. Esse programa fracassa também pela impossibilidade de o governo militar controlar inteiramente o movimento operário.

Esse é outro elemento diferencial em relação à experiência do Brasil, porque na Argentina o movimento operário foi muito golpeado mas não foi derrotado. Estou convencido disso, como muita gente na Argentina. A intenção de implementar uma "política de arrocho salarial versão argentina" começa a fracassar desde o início em razão da força do movimento operário argentino, sua educa-

ção e capacidade de luta reivindicativa e de defesa, e o fato mesmo que esse movimento operário parte de um ponto mais alto (salário, organização, tradição de luta e organização sindical) do que partiu o movimento operário brasileiro quando foi golpeado em 64. Ainda que tenha havido uma redução importante no salário real do operário argentino, este reage melhor e muito mais rapidamente do que o movimento operário brasileiro, que precisou de tempo para começar a defender-se e a recuperar o seu salário. Uma confirmação disso é que a própria ditadura argentina fez, desde o início, reajustes praticamente trimestrais, algumas vezes sob pressão concreta (greves) ou insatisfação tão marcantes que o governo tomava a dianteira e fazia pequenos reajustes.

No momento do golpe, os militares pensaram que poderiam implementar a política do arrocho. Pensaram, mas não puderam. Ou melhor puderam só parcialmente. Pensaram que resolveriam os problemas econômicos pelo lado da agricultura, pelo trigo e pela carne. Mas o mercado mundial para esses produtos se fechou. Assim, os militares nunca conseguiram apresentar para o imperialismo um quadro realmente tranquilo, como o Brasil pôde apresentar - infelizmente num certo momento, de 68 a 71.

A política começa a renascer em todo o país

A combinação desses fatores justifica a avaliação política que faço no início: o otimismo nasce, porque é evidente o fracasso do plano econômico, da existência de diferenças de setores da burguesia com o poder dominante, do movimento operário e das forças populares que seguem em situações muito difíceis mas com uma capacidade de resposta e resistência infinitamente superior à que tivemos no Brasil numa primeira etapa, ou da que tivemos no Chile. Uma evidência disso é que, mesmo sob uma repressão (como em 76 e 77) em que qualquer opositor identificado era seqüestrado e assassinado, foram organizadas greves muito importantes dos metalúrgicos, transportes (trens e metrô), energia elétrica, portuários. A classe operária argentina encontrou as formas de se organizar e se defender sem que a cada esforço de luta correspondesse a eliminação física de seus dirigentes.

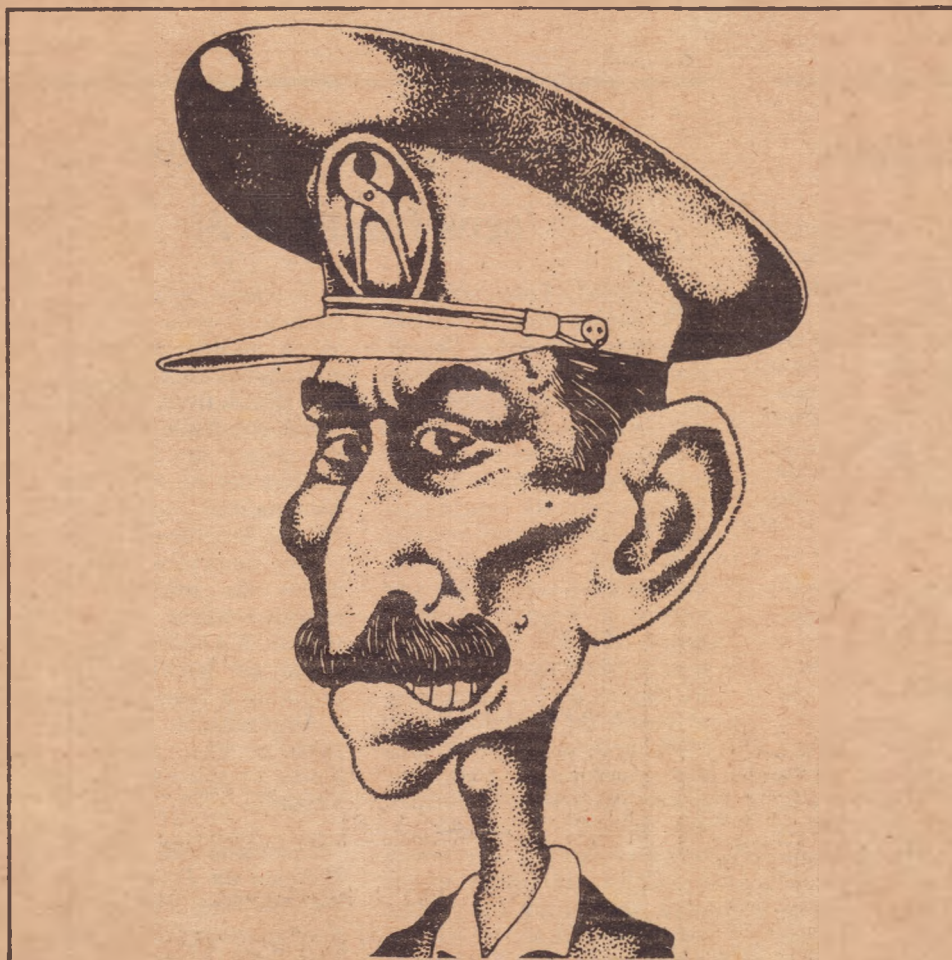
Do ponto de vista do Exército e das Forças Armadas há uma visível desunção. De um lado está a Marinha, que era dirigida por Massera, agora substituído pelo Alm. Lambruchini que segue a sua linha e orientação e que já se diferenciou do governo. Com particular cinismo e hipocrisia, mas o fato é que ele já se associou a uma projeto dentro da política de Carter. Crítica abertamente o governo, no qual ele foi titular durante dois anos e meio: critica radicalmente o programa econômico, passa a defender os direitos humanos e a Marinha, tradicional bastião da reação argentina, está mais ou menos homogeneizada numa posição de "abertura".

Essas posições tem uma repercussão importante no plano político e no plano do "descongelamento da política": em três anos de ditadura, todo mundo fala em política e se reúne de uma forma ou de outra, lança manifestos contra a política econômica e falta de liberdade sindical, sobre a necessidade de eleições, etc. A repercussão de Massera e da Marinha é mais um elemento no debilitamento desse governo militar, mas ainda assim é precária, pois a Marinha é uma força sumamente minoritária militarmente falando, no conjunto das Forças Armadas. Mesmo dentro do Exército são conhecidas diferenças importantes entre vários setores (o setor de Massera, o que leva mais claramente uma política de abertura. Os setores mais duros e fascistas (Menendez, Suarez Masson, Saint Jean), e o setor dominante no governo: Videla e Viola. Para não falar nos setores Lanusistas, que também tem peso importante no Exército).

Lanusistas, que também tem peso importante no Exército).

Esse é outro sintoma de que o governo argentino já entrou numa crise, assim como é outro indicativo das possibilidades que se tem daqui para o futuro. E acho que os próprios acontecimentos no Brasil não são secundários para ajudar a acelerar esse processo.

Flávio Koutzli em entrevista exclusiva na página 16



VIRAMUNDO



PERU

Cresce a greve dos professores

Os professores peruanos estão há três meses paralisados e o que parecia inicialmente uma greve de desgaste está se convertendo a cada dia num amplo movimento contra a ditadura militar.

Cerca de 20 mil bancários realizaram há alguns dias uma paralisação de duas horas e meia, em solidariedade ao movimento dos professores. Nas marchas de protesto realizadas pelos grevistas houve a adesão de trabalhadores de outros sindicatos, estudantes e donas de casa, em meio à violenta repressão policial que causou vários feridos. Outros professores encontraram-se desaparecidos, presos e muitos desempregados, pois foram demitidos pelo governo.

As reivindicações dos professores incluem: aumento salarial de acordo com o aumento do custo de vida, liberdade para os dirigentes presos, reconhecimento oficial para o sindicato da categoria o SUTE, além da reabertura de uma universidade fechada há dois anos. No entanto, o objetivo da greve cresceu qualitativamente e passou a ser agora muito mais de cunho político. Para a ditadura, o aumento salarial para uma categoria seria coisa de somenos, se não arrastasse atrás de si o descontentamento de todas as camadas populares. E é justamente essa ampla adesão aos professores que os militares pretendem evitar com medidas que visam quebrar a unidade do movimento, levando-o, em consequência ao esvaziamento. (V. Amaro)

ORIENTE MÉDIO

Recusando a negociação

Duas séries de eventos marcaram a semana da luta do Oriente Médio. Uma, os desdobramentos da demissão do embaixador americano na ONU, Andrew Young, precipitada devido ao seu encontro com o representante palestino, Zehdi Terzi. Outra, a disputa em torno da revisão da Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, no sentido de reconhecer os direitos nacionais dos palestinos. Apoiada pela maioria dos países, essa revisão só poderia ser evitada porque os EUA, atendendo a uma exigência de Israel, usariam seu poder de veto.

Nesta votação, ainda seria Young quem representaria os EUA. Os árabes resolveram poupá-lo de votar, como representante oficial, contra uma medida com a qual concordava, e aceitaram o adiamento da decisão. Aproveitaram para elogiar a honradez de Young e exibir desta forma a desagregação da política externa de Carter.

Duas coisas ficaram claras: as chances de uma solução negociada são cada vez menores. E cresce nos EUA uma opinião favorável ao reconhecimento dos direitos dos palestinos. E não apenas pelos negros: além de negro, Young era a única figura respeitável que ainda restava ao governo Carter.

(J. Machado)

IRÃ

Contra os curdos, com os EUA

A minoria curda no Irã está resistindo até agora ao ataque do exército, da aviação e dos Guardas Revolucionários do aiatolá Khomeini. Os curdos formaram uma frente de vários partidos, liderados pelo Partido Democrático do Curdistão Iraniano, e segundo seu dirigente, Rahman Kassenlou, estão preparados para uma guerra prolongada. Resistiram ao ataque militar e à oferta de deporem as armas por 75 milhões de dólares (um dia da renda de petróleo). Além da autonomia, querem "uma democracia real no Irã, com uma Constituinte honesta".

Por outro lado, o governo iraniano conseguiu o apoio do governo do Iraque, e do Departamento de Estado norte-americano, preocupado com o efeito desestabilizador que a rebelião curda tem na região. A oposição "moral" de Khomeini ao "Ocidente" não esconde acordos bem importantes com o imperialismo.

(J. Machado)

NÃO-ALINHADOS

URSS: aliado natural?

Afinal, o que une os 86 governos do Bloco dos Não-Alinhados, reunidos agora em Havana? Até o governo de Figueiredo está lá como observador dessa Organização que realiza a proeza de juntar o Marrocos e o Vietnã, o Egito e Camboja, o Irã e Moçambique. O texto básico apresentado pelos cubanos para a reunião detonou uma nova crise ao condenar o acordo de paz egípcio-israelense às custas dos palestinos, condenar globalmente o imperialismo e tomar a URSS como "aliado natural". Cuba pretende com isso consolidar o fortalecimento de um campo anti-imperialista com a neutralização dos "terceiristas" e marginalização da direita. Mas certamente para fazê-lo ainda terá que abdicar da ousada referência à URSS. Que nem sempre foi "aliado natural" de quem devia. (Eder Sader)

(Eder Sader)

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (fim)

O fracasso dos dois PCs

Os primeiros tempos do Partido Comunista do Brasil, PC do B, em São Paulo. Suas teorias e seus exercícios de guerrilha rural, que mais tarde viriam a se materializar na experiência do Araguaia.

Por Antonio Carlos Felix Nunes

Termina aqui a série de 23 capítulos onde Nunes retrata, numa original combinação de análise com romance, a experiência do PC nas lutas operárias da zona leste de São Paulo. Da morte de Getúlio até o início dos anos 60; as idéias, o meio social e político, a vida interna do partido. Breve, o lançamento em livro da coletânea completa recontando esta história.

Eram uns trinta homens, somando-se os dirigentes maduros e os jovens militantes. Contingente ainda muito pequeno para a prática do objetivo a que se propunham. Mas Arroio e Pedro, os instrutores, não estavam preocupados com a quantidade. Eles sabiam que não era ainda tempo de iniciar a guerra revolucionária, deviam aguardar o surto de condições objetivas, uma crise mais séria do capitalismo, o amadurecimento político dos trabalhadores. E até lá o Partido teria crescido, centenas de operários, estudantes e intelectuais se incorporariam às suas fileiras. Hoje, o que lhes importava era temperar esse punhado de militantes no espírito da revolução, eles precisavam aprender as primeiras noções de guerrilha, eram os futuros instrutores e comandantes de milhares de outros que viriam depois.

O aprendizado se iniciava no exiguo espaço de um casebre, no bairro da Mooca. Era o preâmbulo da estratégia a ser efetivada na região do Araguaia, três anos depois. Ali, o velho PC do B, recomposto definitivamente após a consumação das divergências com o grupo prestista, selou o propósito de adotar a guerra de guerrilha como o seu principal desempenho.

Naquele tempo, já não havia qualquer afinidade, sequer uma aproximação cordial, com o outro PC, inteiramente revisto em sua linha política e que, àquela altura, desenvolvia uma intensa atividade legal junto às massas. Um PC renovado em termos moscovitas, a imiscuir-se nos sindicatos, a formalizar alianças com diferentes partidos burgueses, a pleitear em praça pública sua legalidade de direito (a de fato já vigorava, com seu arcabouço organizativo totalmente exposto ao aparelho repressor do Estado). Sua cúpula passara a ter trânsito livre junto ao centro das decisões políticas. Prestes dava entrevistas aos jornais e à televisão, abertamente revelava os planos do Partido, não escondia a intenção de compor-se com a burguesia progressista, mesmo ao preço de uma subordinação aos interesses capitalistas. Do programa do seu Partido foram excluídos alguns princípios básicos de sua atuação anterior, que o caracterizavam como essencialmente anti-capitalista, como "Revolução Proletária" e "Ditadura do Proletariado".

Arroio abriu um livro de Che Guevara. Estava diante de um quadro negro e ia explicitar alguns exemplos de luta armada. Mas antes de escrever algo na

lousa, fechou o livro, fez-se pensativo por alguns instantes, depois falou:

— Não. Não é isso. Este livro é um manual de ensinamentos práticos, e nós estamos no início do aprendizado, antes precisamos assimilar sua parte teórica. Manejar um fuzil, preparar uma emboscada, saber sobreviver na selva cercada pelo inimigo, são lições para um outro curso, talvez o último deles. No momento, é conveniente se aprender como associar a atividade guerrilheira às lutas reivindicatórias das massas, a tática política a empregar-se e os pontos de sustentação da guerrilha. São esses temas que se colocam em nossas primeiras lições, depois passaremos aos exercícios práticos."

O castrismo em voga

Alguns meses depois, esses exercícios práticos tiveram início. O País vivia então a sua melhor fase de democracia, um tempo de efervescência política nunca conhecida, de plena tolerância a todos os tipos de manifestação popular, às passeatas e greves, ao arroubo dos jovens em sua masturbação de teorias dos filósofos Marcuse e Sartre, sobre experiência da revolução cubana. A vestimenta e o perfil dos guerrilheiros de Fidel Castro se tornaram moda, nos cafés e bares noturnos apareciam os primeiros jovens barbudos, exibindo vistosas boinas de cor verde-oliva, a causar espanto à então pacata e desligada população paulistana.

E em meio a essa onda da época, intenções e atividades sérias confundiam-se com fanfarronices românticas e atos inconseqüentes. Os membros do PC do B, empenhados com ardor em seus projetos revolucionários, viravam alvos dos comentários jocosos feitos pelos seus adversários do PCB. Publicamente, eram gozados e tachados de sonhadores toda vez que um magote deles era visto de mochilas às costas, rumo à serra da Mantiqueira ou à serra do Mar. Não havia segredo aparente do que iam fazer nessas excursões de fim de semana, aos olhos de conhecidos e amigos. Todavia, o cidadão comum, e até mesmo a polícia, jamais suspeitariam de sua condição de turista em busca de sol e mar. Não imaginariam que nas mochilas levassem os instrumentos usuais das guerrilhas, a come-

çar pela arma de cano longo desmontável.

Os exercícios pré-guerrilha

Acamparam numa clareira no alto da serra, extenuados e sedentos. Levaram várias horas na perigosa e penosa escalada, camuflados em ramos verdes. Tuim, o gordinho, suave em bicas e reclamava de que já estava com muita fome, logo foi advertido por Arroio de que ainda não era hora do lanche, o guerrilheiro deve resistir à fome o máximo do tempo possível.

— Nunca se sabe — explicava Arroio — quanto tempo essa ação durará". E, lançando um olhar severo ao Tuim, ao vê-lo com o cantil aos lábios bebendo sofregamente: "Calma, companheiro, não esvazie o seu cantil com essa ganância. Nós não vamos sair daqui tão cedo e eu não permitirei que outro companheiro lhe ceda de sua água".

Tuim retrocedeu, e Arroio, apontando à cidade de Santos, lá embaixo, falou: — "Vejam, suponhamos que aquele prédio murado seja o quartel e que o exército já saiba que estamos na região. Então, a guarnição receberá ordens para nos perseguir, no caso, ela sairá pelo lado esquerdo com o intuito de estabelecer um cerco em torno deste local. O comando deles não sabe ainda que estamos no pico da serra; porém, imagina, pelas informações dos seus olheiros, que tenhamos iniciado sua escalada. Sua tática, como não poderia deixar de ser, é nos surpreender no início ou no meio da subida. Assim, enquanto seus soldados executam tal missão, nós desceremos pelo franco direito e rumaremos ao quartel. Certamente, vamos encontrá-lo pouco guardado e isto tornará mais fácil o nosso ataque".

Arroio e Pedro morreram, não conseguiram sobreviver para nos contar se seus ensinamentos foram seguidos a risca na guerrilha de verdade. Não morreram emboscando soldados na selva amazônica; foram emboscados na Capital de São Paulo. Sepultaram o ideal de sua revolução no mesmo lugar onde sonharam mudar o regime pela luta armada. E com suas mortes e o fim da guerrilha encerrou-se um período da história em que nenhum dos dois PCs conseguira provar a eficiência de sua estratégia política.



Em cada jornal uma estratégia

Assine EM TEMPO e receba Liberdades Democráticas em casa toda semana

Nome _____
Profissão _____
Endereço _____ Bairro _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____
Deseja uma assinatura:
ANUAL Cr\$ 600,00 ANUAL US\$ 90,00
SEMESTRAL Cr\$ 350,00 SEMESTRAL US\$ 50,00
Es.ou enviando o cheque nº _____ do Banco _____
em nome da Editora Aparte S/A.
Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — Fone: 853-6680
Rua Bernardo Guimarães, 1884
Lourdes — Belo Horizonte — MG — CEP 30.000

APROVEITE PROMOÇÃO ESPECIAL
POR POUCOS DIAS

EM TEMPO

Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05415 - Telefone: 2844.59 e 853.6680.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Fidel Sader (presidente) Aloísio Marques, Antônio Helder, Antônio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Allí, Tom Duarte, (suplentes), Lúcio Ayala, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).

DIRETORIA:

Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR-CHEFE:

Carlos Tibúrcio.

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO:

Robinson Ayres.

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Robinson Ayres.

REDAÇÃO:

F. Pereira, Antonina, Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Allí, Elvira Oliveira, Maria Cândida, Relton Fracalossi, Eden Sadev, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilmá Amaro, João Machado, Olgária Mattos, Elisabeth Lobo, Roberto Grimm, Virginia Pinheiro, Elizabeth Rizzo de Oliveira, José Veiga, Flávio Aguiar.

ARTE, DIAGRAMAÇÃO E SECRETARIA GRÁFICA:

Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi, Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cláudio Natal, Beto Maringoni, Nilson G.M.D., Fotos: Jesus Carlos, Fimio Braunis Filho, Revisão: Washington Magalhães.

SUCCURSAIS:

Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335-7773) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilari, Ricardo Rabelo, Sérgio Asplaban, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amândio.

Parto Alegre:

AV. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 201 Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Susa, Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lúcio Ayala, Raul Pont.

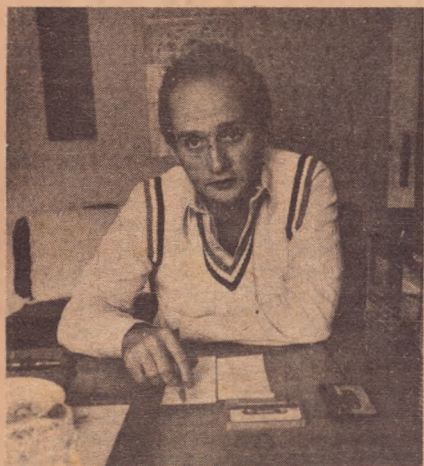
Rio de Janeiro: (Praça de Botafogo 316, Sala 2001) Beatriz Lorner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcel, Beraba, Salvador Av. Joana Antígula, nº 8 — 1º andar — Sala 140 Adelman-Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emílio José, Dalton Godinho, Lidia Maria.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 35-7773. Distribuidora: Superbancos, Ltda. R. Ubaldo do Amaral, 42-RJ. Composição e Impressão: Empresa Jornalística AEA Ltda. Av. Liberdade, 704, São Paulo — SP — Fone: 278-9010.

FLÁVIO KOUTZII

A primeira grande entrevista de Flávio Koutzii, o brasileiro que ficou quatro anos preso nos cárceres argentinos. Sua experiência e o momento político no Brasil: anistia, reestruturação partidária e movimento operário

Por Eliézer Rizzo, de Paris



Koutzii, muitos quilos a menos.

O testemunho de uma geração

O "caso Flávio Koutzii" - como depois de tudo não chamá-lo assim? - tem, por mais de uma razão, a força de um símbolo. Este brasileiro, preso em 1975, em Buenos Aires, e submetido a cruéis torturas, serviu em nosso país e em outras partes do mundo para chamar a atenção para o crescente processo de direitização que passava a Argentina, ainda nos tempos de Isabelita e que desembocaria no golpe militar de 76. A partir do ocorrido com Flávio e com seus companheiros, muitos puderam ter uma premonição da tragédia que se abateria sobre nosso vizinho do sul.

A luta pela libertação de Flávio que, de pronto se associou com a campanha em favor de Flávia Schilling, nas mãos dos militares uruguaios, logo apareceu como um poderoso instrumento de denúncia contra a Internacional da Repressão que se instalou no Cone Sul do continente latino-americano, servindo, ao mesmo tempo, de combustível para a campanha pela anistia.

Sua libertação, após quatro anos de cruel cativeiro - quando sua saúde foi exposta a provas inimagináveis - é, finalmente, a expressão de um amplo movimento nacional e internacional de solidariedade e a prova de que a pressão da opinião democrática pode dobrar os mais renitentes verdugos.

Mas o símbolo que para muitos Flávio Koutzii encarna é outro.

Flávio representa para os que começaram sua atuação política antes de 64 o exemplo do militante que atravessou, com erros e acertos, mas sempre com um sentido de responsabilidade profundo, este longo e tortuoso período de nossa história brasileira e latino-americana, fazendo da luta pela causa dos explorados a razão central de sua vida.

O quadro ascendente das lutas populares antes de 64 permitia a fácil incorporação de estudantes - como Flávia naquela época - à ação política. Os reveses do período posterior fizeram com que as fileiras da esquerda minuassem.

Hoje, com os novos ventos que sopram, quando os acomodados se desacomodam e muitos coitados se travestem de democratas, homens como Flávio fazem falta. Modesto em suas avaliações sobre questões políticas, sempre fazendo referência a suas dificuldades de compreender o que ocorre aqui, depois de quatro anos de quase total incomunicabilidade, as opiniões que Flávio transmitiu a Eliézer Rizzo de Oliveira, do escritório de EM TEMPO em Paris, são de uma surpreendente e salutar lucidez política para alguém tanto tempo confinado nesta Casa dos Mortos que faz inveja à sua matriz dostoiweskiana. Elas são ao mesmo tempo o testemunho de uma geração que emergiu para a política em plena crise do pensamento e da prática revolucionários e que tomou em suas mãos frágeis a decisão de (re) construir um projeto de revolução social, rejeitado pelo ceticismo tão na moda ou conspurcado pelos usurpadores. Em 1979, Flávio foi solto das masmorras argentinas e a partir de setembro ele poderá voltar ao Brasil. Só isto já serve para dizer que 79 foi um bom ano. (M.A.G.).

MDB? Moderação PTB? Populismo PT? Um estímulo

Como você analisa a experiência política de sua geração?

— "Para muitos de nós, o pessoal do "tempo da Panair", a primeira referência importante de nossa biografia política foi a queda do governo Goulart. Tivemos de refletir sobre aquela experiência populista, sobre a política das esquerdas e sobre as causas de nossa derrota em 1964. Mais adiante, sobretudo para os que estivemos no Chile, testemunhamos os acontecimentos de 70/71 na vizinha Bolívia e que levaram a queda do governo Torres e, finalmente, a tragédia do povo chileno. Em cada caso tem um peso particularmente importante as peculiaridades nacionais, mas o que os liga é o fato de que em todos eles os movimentos populares conseguiram ser durante certo tempo uma força hegemônica, sem conseguir, no entanto, encontrar o caminho para aprofundar o processo e consolidar as conquistas logradas até então. É muito importante ter presente estas experiências dos 10 últimos anos sobretudo neste clima de relativa euforia que a abertura provoca no Brasil.

— Como você vê o atual momento político no Brasil? Começamos pelo movimento operário.

— Não é só a quantidade de intervenções do movimento operário do ano passado para cá que me impressiona, mas sobretudo as formas que vão assumindo estas intervenções. Tendências como as Oposições Sindicais ou o setor "autêntico" são expressões de um amadurecimento de setores numericamente importantes da classe operária feitas em cima de suas experiências. As propostas das Oposições Sin-

dicais de comissões de fábricas, de trabalho inter-fábrica ou de uma Central Nacional não nasceram de uma necessidade programática estabelecida de cima para baixo, mas do próprio processo de luta que vive o movimento nestes últimos anos. Vejo como decisiva a preocupação com a democracia operária, fundamental não só para a luta atual, como decisiva na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, a fim de que o movimento de massas seja realmente o dono de seus destinos. Os fracassos e limitações hoje na construção do socialismo são o produto da ausência das massas, da falta de estruturas verdadeiramente autônomas e democráticas, que possam definir a cada momento as decisões políticas que se tomam neste caminho. Penso que a forma pela qual fazemos as coisas hoje determinarão os resultados que vamos obter amanhã, mesmo numa outra estrutura social.

— Isto nos leva à questão da relação de movimento operário com as forças políticas de oposição.

— Tenho a impressão que os núcleos mais avançados do movimento operário avançam mais rapidamente do que os setores revolucionários, se bem que eu ache que os dois não estão separados. Mas não nos deve preocupar a autonomia que tem o movimento operário. Pelo contrário: deve haver um estímulo destas experiências. A vanguarda é que tem que ajustar-se a elas. Os problemas de uma política de Frente tem para mim dois níveis: primeiro, os setores revolucionários têm que resolver sem sectarismo a questão de sua unidade para que se crie

um núcleo político com capacidade de intervenção, acompanhando a velocidade com que se dão os acontecimentos; e, segundo, eles tem que resolver suas relações com o movimento de massas. Mais importante que uma frente de organizações é conseguir uma frente operária e de todos os setores contra o regime. Há duas linhas na esquerda. Os gradualistas e os que buscam integrar as tarefas atuais com um projeto estratégico socialista. O segundo grupo, no qual me incluo, tem que construir um frente que potencialize a articulação do projeto socialista com as tarefas concretas do período. A partir desse núcleo, então, é que devem ser definidas as relações com os setores que não se colocam a questão do socialismo ou que a colocam por outra metodologia. Se por "Frente Popular" se entende, como no passado, aliança mais permanente com setores da burguesia, eu não estou de acordo com ela. Mas é fundamental, igualmente, não ficar isolado, em posições principistas, como muitos setores de esquerda o fizeram na América Latina.

— E sobre a reestruturação partidária, o que pensa você dos partidos anunciados?

— A manutenção do MDB revela uma visão muito moderada de como enfrentar o período, sobretudo a partir das possibilidades que ele abre. O ressurgimento do PTB, ao qual surpreendentemente se associam setores que tiveram outra trajetória política, não arranja as coisas. Sou muito crítico a este projeto; ele vai reeditar em forma caricatural as experiências populistas anteriores. O peronismo foi um movimento muito mais enraizado na Argentina do que pode ser o trabalhismo no Brasil. O projeto do Partido dos Trabalhadores parece mais interessante: ele não é - como o PTB - o produto de uma operação política para ocupar um certo espaço. Ele está expressando a necessidade de materializar politicamente o grau de consciência mais avançado da classe operária, de setores importantes da classe operária. Esta é uma experiência a ser estimulada, que pode fracassar, mas pode ter resultados sumamente interessantes. Tendo ou não possibilidades de surgir como partido legal antes da queda da ditadura, a luta pela organização do PT é uma forma a mais de lutar contra a ditadura.

— Como fica agora a luta pela anistia?

— A primeira resposta do governo à pressão das massas é uma caricatura de anistia. Mais de 300 companheiros não são beneficiados por ela e isto é um escândalo. É necessário manter firmeza e dinâmica na luta pela anistia, que é um problema de primeira importância. Temos mesmo de ser mais agressivos. Estou totalmente de acordo com a greve de fome dos companheiros presos no Rio e com a dos de outras prisões em solidariedade com eles. Colocando dramaticamente a situação destes companheiros ela cutuca todos os que lutam pela anistia. É o momento igualmente para dinamizar a campanha pela libertação da Flávia Schilling. Senão, em setembro, ela e os companheiros presos no Brasil vão aparecer apenas como "casos isolados".

Quero concluir esta entrevista, que é a mais ampla que dei a um jornal brasileiro, aproveitando a oportunidade para agradecer a todos os que lutam pela anistia e que muito fizeram por mim. Esta luta é parte da luta de todos pela anistia.



Com sua mulher Norma, argentina, que também foi presa.

A prisão dentro da prisão

A repressão na Argentina. Além dos milhares de torturados, dos 15 mil desaparecidos e das centenas de mortos

Para Flávio Koutzii, a repressão na Argentina é também a "prisão dentro da prisão" em que se transformou seu sistema carcerário, tendo como objetivo "anular a vontade política e a capacidade de resistência dos prisioneiros".

"Como os militares sabem que não podem dobrar os prisioneiros - nos diz Flávio - eles tratam de fazer com que eles se desgastem ao máximo. Não se pode cantar, nem assobiar. Quando se vai de um lugar para o outro, é sempre com as mãos atrás, a cabeça abaixada, os olhos "mirando" o chão. Não se pode ler, nem falar,

nem fazer um movimento sem autorização, nem ginástica, nem rir alto, às vezes, nem sorrir, pois isso pode ser "mal interpretado" pelos guardas.

Por isso a resistência passa por tudo... Pode ser a greve de fome ou a recusa geral de cumprir ordens, mas pode ser também não baixar muito a cabeça, uma forma de olhar, cantar ainda que baixinho, baixinho, passar o cigarro de contrabando, ou ao mate quente, de mão em mão, ou o abraço disfarçado que a gente se dava clandestinamente".

"A característica principal que

vai assumir a vida cotidiana nas prisões argentinas - conta Flávio - é a supressão de todos elementos que permitem formas coletivas de ajuda entre os presos, criando o maior vazio na vida de cada um. Vivíamos isolados uns dos outros, em celas individuais. Nos recreios, de uma hora por dia, éramos obrigados a caminhar em grupos de dois, em círculo, pelo pátio, sem parar. O companheiro com quem caminhávamos era o único com quem podíamos falar.

"Todo o tipo de infração às proibições, como discutir, fazer

exercícios físicos ou qualquer forma de vida coletiva, é punida com castigos físicos brutais: golpes, banhos de água fria várias vezes durante dias e noites, precária alimentação. Mas junto a este sistema repressivo há uma política paralela de estímulo à capitulação, de convite permanente à colaboração, através do oferecimento de um tratamento mais brando. Contudo, os casos de colaboração foram exceção e a maior resistência dos prisioneiros reforça a solidariedade internacional, o que obriga a uma certa revisão dos participantes que descrevi".